



Edições Universitárias
Lusófonas

EDITORES

MARISA MOURÃO

MARGARIDA MANETA

MATEUS LUAN DELLARMEIN

ANA FILIPA OLIVEIRA

ÉLMANO RICARTE

ROTAS PARA A INVESTIGAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

UM GUIA
DE PENSAMENTO
E PRÁTICA PARA
INÍCIO DE PERCURSO



Ficha Técnica

© Edições Universitárias Lusófonas/Autores, 2022

Título: Rotas Para a Investigação em Comunicação: Um Guia de Pensamento e Prática Para Início de Percurso

Editores: Marisa Mourão, Margarida Maneta, Mateus Luan Dellarmelin, Ana Filipa Oliveira e Élmáno Ricarte

1.ª Edição: Edições Universitárias Lusófonas

Capa: Marina Polo

ISBN: 978-989-757-219-7

Edições Universitárias Lusófonas

Campo Grande, 376 - 1749-024 Lisboa

telef. 217 515 500

Email: edicoes.lusofonas@ulusofona.pt

Publicação financiada pelo CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (UID 5260) ao abrigo do Financiamento Base atribuído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).



Sumário

Prefácio: Rotas de um Campo em Deriva..... 6
Madalena Oliveira

Um Guia Para Início de Percurso nas Ciências da Comunicação: Breve Nota
Sobre uma Obra Sempre em Construção 9
Marisa Mourão, Margarida Maneta, Mateus Luan Dellarmelin, Ana Filipa Oliveira, Élmano Ricarte

PARTE 1 – PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO

Capítulo 1 – Entre a Construção de Comunidades Sustentáveis e a Avaliação 12

A (Crise da) Ciência dos Números: Apontamentos Sobre a Produção
de Conhecimento e a Avaliação 14
Marisa Mourão

A Natureza das Ciências e o Estado das Ciências da Comunicação em Portugal..... 19
Moisés de Lemos Martins

Reação. A “Conversa” dos Números: Na Ciência, Pertencemos Todos? 24
Marta Martins

O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação 27
Anabela Gradim

Reação. Métricas na Investigação: Sobre os Ombros dos Gigantes,
Cabemos Todos?..... 34
Adriana Fogel

O Papel das Associações Científicas na Resposta à Avaliação
e ao Interesse Público 37
Carlos Camponez

PARTE 2 – SUPORTE À INVESTIGAÇÃO	43
Capítulo 2 – Centros de Investigação em Comunicação.....	44
CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade	46
<i>Luís António Santos</i>	
CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias	49
<i>Maria José Brites</i>	
ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA.....	52
<i>Cristina Ponte</i>	
Labcom – Comunicação e Artes	55
<i>Anabela Gradim</i>	
Capítulo 3 – Oportunidades de Financiamento.....	59
Bolsas de Pós-Doutoramento Marie Skłodowska-Curie: Breves Notas Sobre o Processo de Candidatura.....	61
<i>Sofia Caldeira</i>	
Oportunidades de Financiamento: Fontes e Experiências	64
<i>Isabel Macedo</i>	
Financiamento Colaborativo Para Projetos das Ciências Sociais e Humanidades.....	68
<i>Lorena Caliman, Sona Arasteh, Veronika Fedotova</i>	
Capítulo 4 – Uma “Caixa de Ferramentas” em Construção.....	71
Trabalho de Campo: Ética na Investigação	73
<i>Maria José Brites</i>	
Seleção de Publicações e Acesso Aberto.....	76
<i>Antónia Correia</i>	
Veículos de Publicação e Preparação de Submissões Para Revistas Científicas	80
<i>Marisa Torres da Silva</i>	
Como Comunicar o Que Investigamos: Desafios e Soluções Pragmáticas (ou Como Não Matar a Mensagem, o Mensageiro e o Público).....	84
<i>Ana Duarte Melo</i>	

PARTE 3 – DESAFIOS NA INVESTIGAÇÃO	88
Capítulo 5 – Experiências e Redes de Suporte.....	89
Desafios, Conflitos e Ansiedades de uma Doutoranda	90
<i>Bianca Persici Toniolo</i>	
Da Paixão ao Medo: Os Desafios no Crescimento de uma Jovem Investigadora	94
<i>Ana Filipa Oliveira</i>	
Desafios Sem Esquecer as Metas e a Importância da Integração.....	97
<i>Élmano Ricarte</i>	
Desafios na Investigação e Redes de Suporte: Nota Final da Coordenação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores	100
<i>Margarida Maneta, Élmano Ricarte</i>	
Notas Biográficas.....	102

Prefácio: Rotas de um Campo em Deriva

Madalena Oliveira

Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8866-0000>

Enquanto instituição, a escola define-se como um lugar dedicado à formação, onde, dizem os dicionários comuns, “se ministra o ensino”. Será desse entendimento algo simplista que vem a ideia segundo a qual a escola seria, antes de mais, um lugar para a transferência ou transmissão do conhecimento. Num sentido mais metafórico, poderá também remeter para a noção de sistema ou doutrina, de estilo ou tendência, servindo ainda a palavra escola também para referir grupos de cientistas ou artistas que partilham princípios, métodos ou estilo e que, em conjunto, constituem o que conhecemos como “movimento”. Uma escola de verão, apresentada como um curso de curta duração que se realiza na época estival, terá, à partida, uma maior proximidade à ideia de evento transmissivo. Tem um conjunto de formadores que se dirigem a um conjunto de formandos. No entanto, atendendo à sua especial orientação para promover a partilha de experiências, mais do que lugar para passar conhecimento, uma escola de verão será lugar para fazer conhecimento.

A edição deste livro, que decorre da 4.^a edição da Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), é bem a evidência de que os chamados resultados de aprendizagem são mais a expressão de uma ação dialógica do que o efeito da receção passiva de um conjunto de conteúdos programáticos. Conjugando o contributo de docentes e investigadores – aqueles que, dizem os editores, “já têm um reconhecido percurso académico” – com reações e testemunhos de quem de algum modo se inicia na

investigação, esta publicação tem a originalidade própria dos livros que se oferecem como fonte de inquietação. Ou seja, mais do que a transferência de “dados adquiridos”, o que nele mais encontrará o leitor é a mobilização para um continuar a interrogar ou um continuar a desafiar.

Como se diz na abertura, há uma certa intenção de que este livro seja “um guia orientador para o início do percurso académico em ciências da comunicação”. O próprio título *Rotas para a Investigação em Comunicação* sugere, em parte, que se estará perante uma espécie de roteiro de lugares seguros ou recomendações idênticas às que se fazem para uma viagem aprazível, tranquila e memorável. Seria, porém, ingénuo um guia que não alertasse também para os desassossegos do itinerário. Por isso, o que os caminhantes deste percurso encontrarão é um “combinado” de informação, dicas, experiências pessoais, ferramentas, sugestões e oportunidades que exigem também uma atenção particular aos intrigantes rumos da ciência em geral e do campo da comunicação em particular.

Embora se possa dizer que, genericamente, o investimento em investigação tem crescido, com a diversificação de programas de financiamento a refletir-se numa multiplicação exponencial dos chamados indicadores de realização, a atividade científica atravessa hoje uma fase intranquila que não pode deixar indiferentes nem os mais experimentados pesquisadores nem aqueles que dão os passos iniciais na academia. Sinalizados em alguns dos textos que compõem este livro, os dilemas ou paradoxos que caracterizam a expedição científica são hoje de vária ordem. E inspiram preocupações que dão conta de um campo onde não se anda propriamente à deriva, mas onde se experimenta uma certa deriva ou desvio.

Com o crescimento que as ciências em geral conheceram no último meio século, traduzido no número de investigadores, de centros de investigação e laboratórios, de produção científica e de eventos, também na academia se passou a “provar do veneno” da industrialização. Como noutras áreas próprias dos bens de consumo, a “produção industrial” de conhecimento tem permitido o acesso de mais pessoas ao trabalho e aos resultados da investigação. Mas os efeitos negativos deste progresso não merecem menor atenção que os prejuízos da produção fabril para o meio ambiente e para a qualidade de vida. Batem todos nos mesmos princípios que transformam os cientistas em “operários de ciência”: a produtividade, a eficiência, a competitividade, o valor de troca e a celeridade.

O pensamento crítico é hoje, nestas lógicas, subordinado ao valor dos dados. Por isso, à investigação fundamental sobrepõe-se a prioridade da investigação aplicada. A lentidão e a espessura do livro são preteridas à urgência e à publicação expedita do artigo científico. O conhecimento gratuito é substituído pela necessidade de ter

impacto socioeconómico e de ter comprovada relevância prática. Depois, já não basta disponibilizar a todos o que se faz ou o que se pensa. É expectável que esses resultados sejam reconhecidos pela sua pertinência, medida em número de citações e em posições nos rankings das indexações. Ao cientista hoje já não basta a curiosidade, a vontade de descobrir, a inquietação pelo saber. Ao cientista convém também o cálculo para fazer um plano de carreira. A estes requisitos podem ainda ser somados os da internacionalização – que na prática quer dizer publicar em inglês – e da resiliência para ocupar posições laborais demasiadas vezes precárias e dependentes de financiamentos a prazo.

Se estas condições são, já de si, desoladoras, não menos o é o impacto que estão a ter para as ciências da comunicação em concreto. Desviadas do seu objeto substancial para serem tomadas como instrumentos do saber de outras áreas, as ciências da comunicação enfrentam ainda o desafio suplementar de se afirmarem como campo autónomo. Este debate não é novo, mas o pressuposto de interdisciplinaridade que hoje parece impor-se como critério – talvez mais nesta área do que noutras – tem contribuído para uma perda de foco naquilo que são os processos específicos da comunicação, em benefício de um conceito de comunicação subserviente aos interesses de outros saberes.

Não são, portanto, lineares as rotas que se propõem para a investigação em comunicação. A capacidade para escalar obstáculos parece ser, na verdade, tão importante como a curiosidade que lança para o caminho. Nem uma nem outra se aprendem por transmissão. Mas uma e outra podem ser cultivadas na partilha de experiências exploratórias que inspiram o programa de iniciativas como a Escola de Verão dos Jovens Investigadores da Sopcom.

Um Guia Para Início de Percurso nas Ciências da Comunicação: Breve Nota Sobre uma Obra Sempre em Construção

Marisa Mourão

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5662-3168>

Margarida Maneta

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8424-6910>

Mateus Luan Dellarmelin

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6898-2341>

Ana Filipa Oliveira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3655-9984>

Élmano Ricarte

Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação,
Universidade Europeia, Portugal
Instituto de Comunicação da NOVA,
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8638-3529>

“Rotas Para a Investigação em Comunicação” é o mote para pensar o percurso individual de quem investiga e para construir um caminho coletivo nas ciências da comunicação. Este caminho é também delineado por quem inicia o seu percurso académico. É a esse público que se destina esta publicação, construída tendo, sobretudo, como base intervenções daqueles que já têm um reconhecido percurso académico neste domínio.

Esta compilação de breves textos pretende ser um guia orientador para o início do percurso académico em ciências da comunicação. Não é um livro de dicas, apesar de conter algumas. É, sobretudo, uma obra que pretende dar a conhecer o ecossistema científico, o seu funcionamento, os seus desafios e as suas oportunidades, bem como o espaço existente para que cada pessoa individual e coletivamente possa criar a sua própria rota.

Editada por cinco jovens investigadores com perfis académicos e profissionais bem distintos entre si, é pensada a partir do que gostávamos que nos tivessem dito ou achamos importante dizer. É pensada para discutir aquilo que nem sempre encontra espaço nos currículos dos cursos de mestrado ou de doutoramento, mas que, no nosso entender, é essencial conhecer e partilhar. Naturalmente, é pensada a partir de determinadas experiências e sensibilidades que, apesar de diversas, nunca abarcariam todas as questões que seriam importantes abordar para que este fosse “o” guia e não somente “um” guia. Consideramos, portanto, que esta é uma obra sempre em construção.

Surgida na sequência da 4.^a Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação¹, esta edição organiza-se em três partes: uma primeira mais reflexiva, em torno da produção e da divulgação do conhecimento científico; uma segunda pensada como suporte ao caminho individual, apresentando os centros de investigação na área, as oportunidades de financiamento e ainda uma pequena “caixa de ferramentas” que passa pela ética, pela publicação e pelo modo de comunicar neste domínio; e, por fim, uma terceira com os desafios individuais na investigação, incluindo uma partilha de experiências e uma nota da coordenação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

É assim que, através das próximas páginas, vos convidamos a pensar as rotas de investigação em comunicação, os caminhos possíveis para criar uma comunidade forte e relevante, tendo em consideração os desafios, mas também as oportunidades que impõe o contexto em que vivemos. Esperamos que esta obra se revele um contributo nesse sentido.

1 Esta edição decorreu na Universidade Lusófona (Porto), em setembro de 2022. No dia 5 de setembro, tiveram lugar as mentorias em parceria com outros Grupos de Trabalho da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Nos dias 6 e 7 de setembro, em regime híbrido, cerca de 30 participantes e mais de uma dezena de oradores reuniram-se para pensar e debater as rotas de investigação em comunicação. Foram ainda dinamizadas, nestas datas, oficinas de SPSS e NVivo.

Parte 1 Produção e Divulgação de Conhecimento



Capítulo 1

Entre a Construção de Comunidades Sustentáveis e a Avaliação

Editado por

Marisa Mourão

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,

Universidade do Minho, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-5662-3168>

A avaliação é um elemento central no ecossistema académico, que “não apenas valoriza o desempenho passado, como, ao fazê-lo (premiando ou ‘punindo’), determina em grande medida o futuro”, condicionando a alocação de financiamento e sendo determinante para a carreira de quem faz ciência (Rodrigues, 2022, p. 1). As rotas coletivas e individuais de produção e de divulgação de conhecimento nunca conseguem, por isso, estar alienadas deste aspeto.

De forma muito simplificada, poderá dizer-se que o atual sistema de avaliação está excessivamente dependente das métricas de publicação e de citação, avaliando sobretudo a publicação e ignorando largamente outros outputs e atividades. Este é um modelo com problemas e limitações, que nos faz questionar se, neste percurso individual e coletivo, estaremos entre um aspeto prático, a avaliação, e um aspeto talvez mais romântico e idealista, o interesse público, a construção de sociedades sustentáveis.

Este capítulo oferece um conjunto de textos que nos ajudam nesta reflexão. Para começar, Marisa Mourão enquadra as transformações do ecossistema científico no sentido da valorização de “unidades de contabilidade” (Gingras, 2020) e termina com uma nota sobre a reforma do sistema de avaliação. De seguida, Moisés de Lemos Martins procura responder à questão: “qual o estado das ciências da comunicação em Portugal?”, abordando a precariedade, os rankings e as avaliações científicas,

problemas interrelacionados e que assolam este campo científico. Anabela Gradim foca-se num aspeto central da avaliação, clarificando o lugar das métricas na carreira de investigação e permitindo, de certo modo, a desmistificação deste aspeto incontornável na academia. Por fim, Carlos Camponez apresenta, primeiro, um pequeno estudo dos estatutos das associações científicas e, de seguida, aponta alguns aspetos críticos relativos à construção de comunidades sustentáveis e à avaliação.

Este capítulo é ainda complementado com duas reações¹ de jovens investigadoras, Marta Martins e Adriana Fogel, às intervenções de Moisés de Lemos Martins e de Anabela Gradim, respetivamente.

Referências

- Gingras, Y. (2020). The transformation of the scientific paper: From knowledge to accounting unit. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 43-55). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0004>
- Rodrigues, E. (2022). *A necessária e difícil reforma da avaliação da investigação*. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/79809>

¹ As reações, de estrutura livre, resultam da manifestação de interesse das jovens investigadoras enquanto participantes da 4.ª Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

A (Crise da) Ciência dos Números: Apontamentos Sobre a Produção de Conhecimento e a Avaliação

Marisa Mourão

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5662-3168>

Poder-se-á dizer que a ciência é, por um lado, linguagem e, por outro, poder (Martins, 2017b), e, como explica Martins (2017c), “nunca agimos como queremos, mas sim como podemos, em condições concretas de espaço, tempo e interlocução”¹ (p. 11). É precisamente aqui que, no meu entender, reside um importante ponto de partida para pensar o ecossistema científico.²

Fazendo uma viagem pela evolução deste ecossistema, identificamos alguns elementos-chave: o desenvolvimento das métricas, a transição para o digital, a emergência do acesso aberto e as oportunidades de criação de novas revistas³ (Gingras, 2020). Pelo aqui referido, é evidente que há uma centralidade do artigo científico, já que, apesar de existirem outros tipos de outputs, este tem sido o mais valorizado, sendo ainda aquele que mais se presta a métricas⁴, elemento central do atual sistema de avaliação.

-
- 1 No ecossistema de divulgação científica também se colocam questões de poder e de lucro. Aliás, “a partir dos anos de 1950, a publicação académica transformou-se numa indústria altamente lucrativa” (Rodrigues, 2020).
 - 2 Inspirei-me em Yves Gingras (2020) e em Moisés de Lemos Martins (2017a, 2017b), autores que nos ajudam a refletir sobre as transformações do ecossistema de produção e de divulgação de conhecimento, para dar título a estes breves apontamentos.
 - 3 Entre o surgimento de múltiplas editoras e revistas nos últimos anos, será particularmente importante alertar para a existência de editoras e revistas predatórias, as quais “cobram aos autores uma taxa de publicação sem intenção de prestar os serviços esperados – tais como revisão editorial ou por pares – em troca. A cobrança de uma taxa é um modelo de negócio legítimo, mas a editora deve prestar um bom serviço editorial em troca” (Think. Check. Submit, s.d., para. 1).
 - 4 Ver “O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação”, de Anabela Gradim, nesta obra.

Se, anteriormente, o artigo científico era a encarnação de uma “unidade de conhecimento” (Gingras, 2020), hoje isso não é tão linear. Com a evolução do campo científico, fomos assistindo à transformação do artigo em unidade de contabilidade, usada para avaliar tanto os investigadores como as organizações de investigação (Gingras, 2020, p. 44).

Os próprios significados de “publicação” e de “avaliação” mudaram substancialmente. Hoje, sendo baseada no fator de impacto, a avaliação já não se segue à publicação, acontece “no ato da publicação”, ou seja, “a publicação nasce avaliada, por assim dizer” (Biagioli & Lippman, 2020, p. 4). O título de uma revista já não descreve unicamente o “local” onde o artigo é publicado. Dá também uma estimativa numérica da sua receção e efeito, através do fator de impacto (Biagioli & Lippman, 2020). O foco da avaliação transita, portanto, daquilo que é interno para aquilo que é externo, as circunstâncias da publicação:

se no passado, a avaliação de uma publicação estava quase exclusivamente comprometida com a avaliação da qualidade das afirmações ou a qualidade académica dos autores, as novas formas de avaliação baseadas em índices (ao invés do conteúdo) visam informar uma variedade de decisões institucionais, desde o ranking nacional ou mesmo global das próprias instituições. (Biagioli & Lippman, 2020, p. 5)

A associação imediata de um fator de impacto, referido aqui como um exemplo das métricas usadas, a um artigo quando é publicado, ou seja, antes do impacto real acontecer, mostra precisamente que este nada tem a ver com a avaliação específica do artigo (Biagioli & Lippman, 2020). Esta é desde logo uma das limitações do atual sistema de avaliação, que privilegia, como referido, este tipo de métricas.

A avaliação da investigação é, contudo, “uma componente essencial e determinante do sistema científico e académico”, que “não apenas valoriza o desempenho passado, como, ao fazê-lo (premiando ou ‘punindo’), determina em grande medida o futuro”, tendo efeitos na alocação de financiamento e também na carreira académica e científica (Rodrigues, 2022, p. 1). Portanto, dificilmente este pode ser um aspeto ignorado por aqueles que fazem ciência, que igualmente não podem ignorar os efeitos associados a uma avaliação baseada em métricas.

Em síntese, no atual sistema de avaliação, há um foco na publicação e impacto associado, ignorando-se os restantes outputs e atividades e sendo frequentemente mais importante o local da publicação do que a publicação (Rodrigues, 2022). Além dos limites já apontados, a arquitetura deste sistema ignora alguns aspetos: (a) a natureza da citação (positiva ou negativa, ou seja, de reconhecimento ou como oposição); e (b) as diferenças nas culturas e práticas das diferentes disciplinas, quer na autoria, quer na citação (Rodrigues, 2022). Por outro lado, com este sistema, surgem más práticas

no sentido de influenciar o número de citações, as quais devem ser vistas “simultaneamente como um problema e um sintoma de uma mudança mais geral no sistema de publicação académica” (Biagioli & Lippman, 2020, p. 3).

De acordo com o paradigma dominante, ciência é aquilo que é publicado (a) em inglês, a língua dominante; (b) em formato de artigo publicado numa revista científica, (c) seguindo a estrutura introdução, métodos, resultados e discussão; e (d) sendo publicado numa revista com “fator de impacto” (Serra, 2017). Já não podemos falar apenas da pressão para publicar, do sonante “*publish or perish*” (publicar ou perecer)⁵. Agora, coloca-se também a pressão do “impacto”, da necessidade de publicar em revistas de elevado fator de impacto (*impact or perish*), que passou a ser também incentivo para más condutas académicas (Biagioli & Lippman, 2020). Às tradicionais formas de fraude e de má conduta centradas no conteúdo da publicação, na produtividade – falsificação, fabricação e plágio –, juntam-se novas formas de manipulação no sentido de “aumentar o impacto” (Biagioli & Lippman, 2020). Estas últimas envolvem grupos, redes e instituições inteiras e vão desde a manipulação da revisão por pares até aos acordos de citação entre revistas e seleção e manipulação de dados de universidades para obtenção de boa pontuação em rankings (Biagioli & Lippman, 2020).

Igualmente grave é o facto deste cenário de avaliação se correlacionar necessariamente com um condicionamento da agenda de investigação, já que passa a ter prioridade aquilo que é mais favorável às métricas. Este ponto torna-se particularmente dramático, no meu entender, quando as opções na investigação ficam de tal modo condicionadas pelas métricas que se corre o risco de silenciar temáticas pela mera tirania dos números. Assim, aspetos da academia que não são apresentáveis em indicadores poderão vir a não ser apoiados, o que poderá levar até à sua extinção (Wouters, 2020).

Notícias mais recentes podem, ainda assim, dar novos horizontes para aqueles que agora iniciam o seu percurso na investigação. Nos últimos tempos, tem vindo a ser assinalada como necessária a reforma do sistema de avaliação da investigação. A Comissão Europeia, por exemplo, tem mostrado esforços neste domínio. Em junho de 2022, publicou o documento *Council Conclusions on Research Assessment and Implementation of Open Science* (numa tradução literal, conclusões do Conselho sobre avaliação da investigação e implementação da ciência aberta), que, como assinala Correia (2022), resume problemas como a

ênfase na quantidade da investigação ao invés da qualidade, o impacto negativo do foco excessivo nos indicadores quantitativos e num reduzido conjunto de resultados de investigação, e a necessidade de implementar uma

5 “Publicar ou perecer” é uma frase comumente usada para descrever a pressão para publicar, com o objetivo de permanecer relevante e de ser bem-sucedido no seio da comunidade académica (Plume & van Weijen, 2014, para. 1).

reforma na avaliação da investigação que promova a justiça, a qualidade e as várias dimensões do trabalho de investigação, em todas as áreas do conhecimento. (para. 2)

Além disso, a 8 de julho de 2022, foi publicada a versão final do acordo sobre a reforma na avaliação da investigação na União Europeia, reunindo mais de 350 organizações de mais de 40 países que manifestaram interesse em estar envolvidas no processo (European Commission, 2022). O documento apresenta quatro compromissos: reconhecer a diversidade de contribuições e carreiras, basear a avaliação nos aspetos qualitativos, abandonar o uso inapropriado das métricas e evitar o uso dos rankings na avaliação da investigação (Agreement on Reforming Research Assessment, 2022).

Este poderá ser um importante passo para uma redução de procedimentos meramente quantitativos, para se começar a percorrer um caminho em que a ciência se preocupe com unidades de conhecimento e não de mera contabilidade.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Referências

- Agreement on Reforming Research Assessment, 20 de julho de 2022, https://eua.eu/downloads/news/2022_07_19_rra_agreement_final.pdf
- Biagioli, M., & Lippman, A. (2020). Introduction: Metrics and the new ecologies of academic misconduct. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 1-23). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0001>
- Correia, A. (2022, 7 de julho). *Council Conclusions on research assessment and implementation of open science*. Open Science. <https://openscience.usdb.uminho.pt/?p=8206>
- European Commission. (2022, 20 de julho). *Reforming research assessment: The agreement is now final*. https://research-and-innovation.ec.europa.eu/news/all-research-and-innovation-news/reforming-research-assessment-agreement-now-final-2022-07-20_en
- Gingras, Y. (2020). The transformation of the scientific paper: From knowledge to accounting unit. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 43-55). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0004>

- Martins, M. L. (2017a). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia - Da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157-178). Nova Vega. <http://hdl.handle.net/1822/51035>
- Martins, M. L. (2017b). *Crise no castelo da cultura - Das estrelas para os ecrãs*. Húmus. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/234
- Martins, M. L. (2017c). *A linguagem, a verdade e o poder - Ensaio de semiótica social*. Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/48230>
- Plume, A., & van Weijen, D. (2014, 2 de outubro). Publicar ou perecer? O crescimento do autor fracionado... - Publicado originalmente na newsletter Elsevier “Research Trends Issue 38”. *SciELO em Perspectiva*. <https://blog.scielo.org/blog/2014/10/02/publicar-ou-perecer-o-crescimento-do-autor-fracionado-publicado-originalmente-na-newsletter-elsevier-research-trends-issue-38/#.YyD03C35Rok>
- Rodrigues, E. (2020). A pandemia e a emergência da ciência aberta. In M. Martins & E. Rodrigues (Eds), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo II: (Re)Ações* (pp. 263-294). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.24.12>
- Rodrigues, E. (2022). *A necessária e difícil reforma da avaliação da investigação*. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/79809>
- Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas - O caso das ciências da comunicação* (pp. 261-276). Húmus. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2724
- Think. Check. Submit. (s.d.). *About predatory publishing*. Retirado a 15 de setembro de 2022 de <https://thinkchecksubmit.org/resources/about-predatory-publishing/>
- Wouters, P. (2020). The mismeasurement of quality and impact. In M. Biagioli & A. Lippman (Eds.), *Gaming the metrics: Misconduct and manipulation in academic research* (pp. 67-75). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/11087.003.0006>

A Natureza das Ciências e o Estado das Ciências da Comunicação em Portugal

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Qual o estado da ciência em Portugal? Ou melhor, no que aqui nos ocupa e me ocupa, qual o estado das ciências da comunicação em Portugal? Para abordar esta temática, neste breve texto, ocupo-me de três tópicos – precariedade, rankings e avaliações científicas –, abordando, assim, os principais problemas que assolam o campo¹ e que resultam de uma questão maior: não haver rumo das instâncias que conduzem a ciência em Portugal.

Começo pela *precariedade* como o grande problema para quem quer fazer investigação. Têm sido feitas apostas equivocadas. Um assunto de destaque, neste domínio, é o dos investigadores contratados. Neste momento, há cerca de 4.000 investigadores precários dentro das universidades, resultantes dos concursos de

1 Para uma análise mais detalhada, ver por exemplo “Ciência, universidade e política científica” (Capítulo 6, Martins, 2021).

estímulo ao emprego científico². Foi da responsabilidade de Manuel Heitor, ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do XXI e XXII Governos Constitucionais (2015-2022), tanto o Concurso de Estímulo ao Emprego Científico Individual, como o Concurso de Estímulo ao Emprego Científico Institucional, cujos contratos têm a duração limitada de 6 anos. A título de exemplo, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, existem hoje 13 investigadores contratados neste regime. Mas apenas em julho de 2022 se abriu concurso para um investigador auxiliar, em resultado do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico Institucional – um lugar de quadro, portanto.

É igualmente de destacar a escassa representatividade das ciências da comunicação nos concursos de estímulo ao emprego científico individual. Em 2018, o único investigador considerado merecedor de contrato de trabalho nas ciências da comunicação era licenciado e mestre em biologia e doutor em engenharia ambiental, tendo ficado a trabalhar na Universidade Nova de Lisboa, no Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, em comunicação da ciência marinha. Desde aí, os concursos de estímulo ao emprego científico individual não aprovaram nenhuma candidatura no domínio científico das ciências da comunicação.

O segundo problema da nossa área de ciências da comunicação, bem como da ciência em geral, encontro-o, atualmente, nos *rankings* e na *cultura da qualidade*³, que tomaram conta da universidade. É que, tendo tomado conta da universidade, acabaram por se impor também na ciência. A universidade nasceu na Europa, entre os séculos XI e XIII, para servir, por um lado o pensamento, por outro o conhecimento científico. Mas a crise da cultura e do pensamento manifesta-se, hoje, clamorosamente nas universidades, que passaram a ter um único discurso: o discurso dos gabinetes de comunicação e imagem, ou seja, o discurso do marketing. É um facto, a cultura da competição e da qualidade, que ao chegar à universidade tomou conta dela, estende-se hoje, em particular, à investigação. Sem pensamento, sem história e sem memória (Martins, 2019), na ciência, o que hoje existe mais é rankings para todos os gostos.

2 “O Estímulo ao Emprego Científico é um incentivo à contratação de novos investigadores e ao desenvolvimento de planos de emprego científico e de carreiras científicas pelas instituições públicas ou privadas” (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, s.d., para. 1). O Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual é “um apoio direto à contratação de investigadores doutorados, em todas as áreas científicas, através de concursos anuais promovidos pela FCT, de modo a facilitar a integração contínua e sistemática de novos doutorados nas instituições”; já o Concurso Estímulo ao Emprego Científico Institucional é “um apoio ao desenvolvimento de atividades de I&D [investigação e desenvolvimento] consagrando e estimulando a contratação de investigadores doutorados pelas instituições científicas, através de concursos dirigidos às instituições” (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, s.d., para. 1). O volume de 4.091 investigadores, com contrato a termo certo, resulta da consulta feita ao Observatório do Emprego Científico (consulta efetuada a 19 de janeiro de 2021, com dados atualizados a 16 de outubro de 2020, no site <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt>).

3 A este propósito, consultar, por exemplo, Martins (2020).

Podemos falar de uma medição da qualidade a dois níveis: avaliação da investigação, através de agências de indexação, como a Web of Science e a Scopus, e rankings para uma “compreensão” do desempenho global das universidades, como o Times Higher Education, o QS World University Rankings e o Academic Ranking of World Universities (também conhecido como “ranking de Xangai”).

Para além da alienação da universidade do seu valor primordial – o pensamento, a memória e o conhecimento –, estes rankings constituem em si mesmos um embuste. Esta constatação é visível em dois textos publicados por Alberto Amaral, então presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Em dois jornais portugueses, Amaral (2019a, 2019b) olha para os rankings das universidades assentes em citações, em particular para o Times Higher Education. Desses mesmos textos, podemos referir dois exemplos que já anotei numa obra anterior:

como compreender o mistério de Universidades como a de Aswan no Egito, a Universidade Jordana de Ciência e Tecnologia e a Universidade de Peradenya no Sri Lanka terem conseguido um redondo 100,0 no indicador “citações”, à frente de Harvard (99.1), Oxford (98.4), Yale (97.3), Cambridge (95.8)? (Amaral, 2019a). Na Universidade Católica Portuguesa, que passou, num ano, no indicador “citações”, de 64.3 para 94.6 pontos, um valor quase igual ao Kings’s College, em Londres, e acima da Universidade de Toronto, subindo na classificação, como um meteoro, do intervalo 601-800 para uma posição entre 351-400, Alberto Amaral esclareceu o mistério. Um pequeno número de artigos, publicados em revistas de Medicina, tinham a particularidade de terem um número exorbitante de citações, por terem uma multidão de autores e corresponderem a estudos à escala mundial, da incidência, prevalência e sobrevivência de doença (Amaral, 2019b). (Martins, 2020, p. 152).

Para terminar, considero como o terceiro principal problema que assola a ciência em Portugal as *avaliações científicas*, em particular as avaliações da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ditadas pelo seu paradigma hegemónico. Durante 2 décadas, entre o começo dos anos 90 e o termo da primeira década do século XXI, foi patente uma tendência para fazer depender a validade e a qualidade científica dos projetos de investigação, inclusive nas ciências sociais e humanas, da sua capacidade para responder a necessidades sociais práticas. Ainda em 2011, o destaque científico e o respetivo financiamento eram atribuídos à “ciência objetiva”, com a procura da operacionalização empírica, sendo ignorada a tradição compreensiva das ciências sociais e humanas. Mas, de 2011 para 2020, ocorreu uma mudança fundamental. Se antes se tratava da ciência objetiva, ou seja, de uma questão dos números apurados depois de estudos empíricos realizados com inquérito à população e a públicos específicos, agora, em 2020, 2021 e 2022, as agendas científicas fazem parte do paradigma

hegemónico, primeiro com o Horizonte 2020⁴, e agora com os 17 objetivos específicos de desenvolvimento sustentável⁵. Não tem existência nenhuma candidatura que corresponda àquilo que poderíamos chamar uma agenda científica nacional.

Será ainda de não ignorar o modo como estes problemas se *interrelacionam*. Por exemplo, a precariedade da situação profissional em que se encontram os investigadores, contratados em resultado dos concursos de estímulo ao emprego científico, seja individual, seja institucional, empurra-os para a preparação de candidaturas, conformes ao paradigma instalado. E com aquilo que é entendido como “qualidade”, não apenas são alimentados os rankings, como são alimentados igualmente os currículos dos investigadores, uma circunstância que lhes permite o acesso ao financiamento e à progressão na carreira (ou simplesmente à sua manutenção).

Mas, por outro lado, a não conformação com o paradigma hegemónico de fazer ciência parece reduzir, não apenas as possibilidades de financiamento, como também a “certificação de qualidade do investigador”, fazendo a ciência atolar-se num círculo vicioso, que enfraquece domínios centrais do campo e reduz as possibilidades de pensamento, possibilidades estas que devem ser proporcionadas por um lugar de liberdade como a universidade. Perante este enquadramento, a ciência passa a ter apenas um carácter tecno-instrumental. Temos, pois, perante nós, o desafio de desenvolver uma cultura da resistência crítica. Aliás, a resposta a este desafio exprime também o sentido do trabalho académico. Uma universidade não pode ser apenas números. Tem de ser também pensamento.

Agradecimentos

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Referências

- Amaral, A. (2019a, 22 de setembro). Rankings, esse território de basbaques e pavões. *Público*, 15.
- Amaral, A. (2019b, 12 de outubro). O milagre dos rankings explicado aos leigos. *Expresso*, 58.
- Comissão Europeia. (s.d.). *Horizonte Europa*. Retirado a 15 de setembro de 2022 de https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes/horizon-europe_pt

4 Programa de financiamento da União Europeia, que antecedeu o atual programa Horizonte Europa.

5 “Horizonte Europa é o programa fundamental da UE [União Europeia] para o financiamento da investigação e da inovação. Trata as alterações climáticas, contribui para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e promove a competitividade e o crescimento da UE” (Comissão Europeia, s.d., Secção “Informações Sobre o Programa”).

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (s.d.). *Estímulo ao emprego científico*. Retirado a 15 de setembro de 2022 de <https://www.fct.pt/apoios/contratacaodoutorados/empregocien-tifico/>
- Martins, M. L. (2019). Por uma ideia de ciência com memória e pensamento. In S. Leão (Ed.), *Norval Baitello 7.0 - Homenagem ao professor Norval Baitello Jr. em seus setenta anos* (pp. 304-318). Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC). <http://hdl.handle.net/1822/62835>
- Martins, M. L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmiento, & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149-157). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>
- Martins, M. L. (2021). *Pensar Portugal – A modernidade de um país antigo*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.61>

Reação. A “Conversa” dos Números: Na Ciência, Pertencemos Todos?

Marta Martins

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9522-7966>

Gerida como uma empresa, então como agora, a universidade está por conta de círculos académicos saturados (...) [e] assente em plataformas informáticas que maximizam as possibilidades da ciência da informação, favorecendo avaliações de reputação assentes em rácios e métricas. Hoje, como então, não parece haver mais mundo na universidade que não sejam necessidades de mercado financeiro e de mercado de trabalho. (Martins, 2021, p. 268)

Começo esta breve reflexão com as palavras de Moisés de Lemos Martins (2021), na sua obra intitulada *Pensar Portugal – A Modernidade de um País Antigo*, pela sua pertinência e relevância contemporânea no seio de um exercício de observação que deve ser feito tendo como enquadramento as ciências sociais e humanas. De facto, a precariedade na investigação¹ faz-nos pensar sobre os decursos que nos conduziram a chegar ao estado atual: (a) a tecnologia como controlo; (b) o discurso imperativo dos rankings e a “conversa” dos números.

Em primeiro lugar, a ciência passou por uma grande transformação através da tecnocientificidade dos processos. Os sistemas de informação têm sido dominantes nas mudanças no domínio de avaliações e na forma como o seu impacto tem repercussões nos investigadores. Longe vão os tempos em que a ciência se fazia sem rácios e métricas.

¹ Este texto constitui uma reação à intervenção de Moisés de Lemos Martins (2022), a qual está espelhada no texto “A Natureza das Ciências e o Estado das Ciências da Comunicação em Portugal” desta obra.

É necessário cumprir com métricas completamente desajustadas e inadequadas às ciências sociais e humanas (Martins, 2021, p. 264). A universidade, que outrora se dizia livre, é agora um colete de forças dominado por uma espécie de “oportunidades de negócios” (Martins, 2021, p. 268). Cabe-nos, dentro da independência que nos resta, procurar que a universidade seja um espaço de pensamento, educação, debate crítico, ciência e, sobretudo, um local onde ainda se possa (trans)formar pessoas.

Em segundo lugar, quando se discute o imperativo dos rankings, falamos de uma cultura da competição e da qualidade na universidade. Alberto Amaral, antigo reitor da Universidade do Porto, no jornal *Diário de Notícias*, em 2021, reforça a situação de desvantagem em que Portugal se encontra:

há determinadas áreas onde nós conseguimos competir, mas partindo de uma situação de desvantagem, nomeadamente de natureza financeira. Se olhar, por exemplo, para a questão da investigação, uma universidade como Oxford ou Cambridge tem um orçamento de investigação que, se calhar, é igual ao de Portugal. É difícil. Essas grandes universidades têm recursos que nós não temos. (Meireles, 2021, para. 4)

De facto, urge pensar sobre as seguintes incógnitas: qual é a verdadeira função da universidade no estado atual? Estamos a avançar com excelência ou estamos a nutrir um véu ilusório com exigências irrealistas? A que desafio está a universidade sujeita?

Precisamos urgentemente de compreender a “conversa” dos números. Será que não andamos sobre uma escada em falência que não sobe nem desce, apenas permanece presa a cordas deambulantes: a precariedade na investigação? Há uma clara ausência de rumo para a investigação científica em Portugal, em geral, e, em particular, para as ciências sociais e humanas. Estamos perante concursos científicos desajustados pela “opacidade dos procedimentos; os painéis de avaliação suspeitos; a arbitrariedade das decisões; as reprovações administrativas; a caótica e alucinada gestão do quotidiano dos centros; o empastelamento burocrático” (Martins, 2021, p. 264) nele envolvidos. É, sobretudo, importante ter um olhar para o futuro e compreender que cada época emerge sobre problemas de fundo que precisam de ser sarados.

Assim, pergunto, *na ciência, pertencemos todos?* É necessária uma maior ação sobre o panorama existente, para que possamos ter agência. É imperativo suprir a carência existente e (re)escrever a ciência sem “unidades de medida” com o respeito por uma “prática científica plural” (Martins, 2021, p. 265). Com um tom de tristeza e desalento, reforço a necessidade de mudanças basilares na ciência: com menos estratégias em torno de estruturas de curta duração que limitam a autonomia e com estratégias onde pertencemos todos. É ainda assentes neste modelo obsoleto que muitos investigadores “continuam a desenvolver o seu trabalho apesar da incerteza, apesar da instabilidade e apesar do subfinanciamento crónicos” (Ferreira et al.,

2021, para. 2). É urgente a contratação de investigadores e a coragem de assumir a sua mais-valia nas nossas instituições. A pergunta mantém-se: o que podemos fazer? São necessárias uma reflexão e uma renovação do rumo iminente da ciência e da investigação em Portugal.

Agradecimentos

YouNDigital – Jovens, Notícias e Cidadania Digital (PTDC/COM-OUT/0243/2021).

Referências

- Ferreira, A., Ricardo, A., M., Carmo, A., Carvalho, B., Ferreira, M., & Antunes, M., J. (2021, 8 de fevereiro). A insustentável leveza da precariedade na ciência. *Público*. <https://www.publlico.pt/2021/02/08/opinioao/noticia/insustentavel-leveza-precariedade-ciencia-1949662>
- Martins, M. L. (2021). *Pensar Portugal – A modernidade de um país antigo*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.61>
- Martins, M. L. (2022, 6-7 de setembro). *A natureza das ciências, as associações científicas e as avaliações de ciência: Breve nota do impulsionador do GT de Jovens Investigadores* [Comunicação]. 4.ª Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Porto, Portugal.
- Meireles, A. (2021, 14 de abril). Alberto Amaral: “A qualidade do ensino em Portugal é razoável”. *Jornal de Notícias*. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/14-abr-2021/alberto-amaral-a-qualidade-do-ensino-em-portugal-e-razoavel-13566507.html>

O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação

Anabela Gradim

Labcom – Comunicação e Artes,
Universidade da Beira Interior, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

Quando falamos em métricas na carreira de investigação temos de considerar que estas são geralmente construídas a partir dos outputs científicos. Projetos, patentes, publicações são os principais, sendo esta última, a publicação, a que mais se presta à construção de métricas, e a razão pela qual as métricas na investigação se encontram associadas à mesma. As métricas são uma forma de tratar os dados que emergem da publicação e o objeto das ciências da informação, havendo uma disciplina específica para as tratar – a bibliometria. Ao longo deste breve texto, irei tratar de algumas dessas métricas, sobretudo aquelas que me parecem mais importantes e interessantes para investigadores em início de carreira: o fator de impacto (IF, calculado a partir da Web of Science), o *source normalized impact per paper* (SNIP, calculado a partir a Scopus), a contagem de citações (Web of Science e Scopus) e o *Hirsch number*, mais conhecido como índice H.

Na origem destas métricas está o trabalho notável de Eugene Garfield, um cientista da informação norte-americano que, nos anos 50, teve uma intuição brilhante: um bom indicador ou sinal do impacto de uma publicação é o número de vezes que essa publicação é citada por outros documentos da literatura. A partir desta ideia de Garfield, tão simples quanto brilhante, foram derivadas todas as métricas de que aqui falarei e muitas outras¹.

¹ É a mesma intuição que antecipa a cultura de hiperlinks da World Wide Web e o PageRank da Google: Page et al. (1999) citam Garfield na bibliografia de um dos seus primeiros artigos “The PageRank Citation Ranking: Bringing Order to the Web”, onde prenunciam o motor de busca que mudou o mundo.

Garfiel criou o International Statistical Institute (ISI) — agora Web of Science² —, que produz e classifica publicações a partir de métricas, publicando anualmente o *Journal of Citation Report* (JCR).

De um modo muito simplificado, se dividirmos as citações que uma revista recebe pelo número de trabalhos que esta publicou num dado espaço de tempo, obtemos o fator de impacto da publicação (*impact factor*, IF, ou *journal impact factor*, JIF). Este IF aplica-se à totalidade da revista e não aos artigos individuais que ela publica, pelo que o seu uso para a avaliação individual de cientistas é pouco preciso e tem sido justamente criticado.

Note-se ainda que o fator de impacto é um número variável por área científica, dependendo das culturas de citação e publicação dos campos, de modo que não pode ser comparado *tout court*: as ciências da saúde têm fatores de impacto mais elevados que a comunicação; e a comunicação mais elevados que a filosofia, por exemplo.

Todas as métricas mais relevantes aplicáveis à investigação e de que aqui falaremos partem mais ou menos deste princípio preconizado por Garfield e são alguma variação da contagem de citações.

Para produzir estas métricas, são necessárias bases de dados que indexem as publicações e as citações que cada artigo comporta. As bases de dados mais relevantes para a produção de indicadores bibliométricos são a Web of Science, a Scopus, a SciELO, o Google Scholar, entre outras. A Web of Science Core Collection engloba ela própria quatro bases de dados: Social Sciences Citation Index³, onde se enquadra a área das ciências da comunicação; Science Citation Index Expanded⁴; Arts and Humanities Citation Index⁵; e Emerging Sources Citation Index, cobrindo todas as áreas científicas e dedicada às publicações emergentes que se espera que um dia possam vir a integrar as três anteriores.

2 O Institute for Scientific Information (ISI), mais tarde, mudou de nome para Web of Science (WoS), quando passou a ser propriedade da Thomson Reuters em 1992. Desde 2017 a empresa é propriedade da Clarivate Analytics, com sede nos Estados Unidos da América.

3 Em 2022 o Social Sciences Citation Index contém mais de 6.600 revistas em 58 disciplinas de ciências sociais, bem como itens selecionados de 3.500 dos principais periódicos científicos e técnicos do mundo. Conta com mais de 9.370.000 registos e 122.000.000 referências citadas. Exemplos das disciplinas são a arqueologia, ciências sociais biomédicas, economia, gestão, comunicação, criminologia, estudos culturais, demografia, educação, estudos étnicos, geografia, política, direito, relações internacionais, linguística, psicologia, sociologia, estudos urbanos, ou estudos das mulheres, por exemplo (Clarivate, s.d.-b).

4 Em 2022 o Science Citation Index Expanded indexa 12.828 revistas nas áreas das ciências da vida e biomedicina (74 disciplinas), ciências físicas (17), tecnologia (21; Clarivate, s.d.-b).

5 Em 2022 o fundo do Arts and Humanities Citation Index contém mais de 3.000 revistas em 28 disciplinas das artes e humanidades, somando mais de 4.900.000 registos e 33.400.000 referências citadas de 1975 até ao presente. Arquitetura, arte, artes e humanidades, estudos asiáticos, clássicos, dança, cinema, rádio e televisão, história, história e filosofia da ciência, literatura, música, filosofia, religião, teatro são algumas das disciplinas contempladas (Clarivate, s.d.-b).

Anualmente a Clarivate Analytics publica o *Journal of Citation Report* (JCR), onde dá conta do IF das revistas do ano anterior. Trata-se de um universo gigantesco de informação que é compilada e analisada pela empresa, e que a partir dela consegue extrair (muito) valor. A título de exemplo, porque todos os anos estes números variam, o JCR a publicar em 2022, fortemente influenciado pelas alterações à publicação induzidas pela pandemia da COVID-19, resume as citações da Web of Science de 2021, incluindo 35.000 publicações (revistas, livros e anais de conferências), 2.700.000 itens citáveis e 145.000.000 referências citadas indexadas na Core Collection (McVeigh, 2022). E estes números apenas contemplam o Social Sciences Citation Index e o Science Citation Index, já que o fator de impacto para o Arts and Humanities Citation Index e o Emerging Sources Citation Index apenas será calculado a partir de 2023.

Estas métricas relevantes para a carreira de investigação podem ter a sua origem nas publicações, caso do IF, ou na performance individual das publicações do próprio cientista, caso do H-Index.

A *nível das publicações*, o indicador mais conhecido é o *journal impact factor*, métrica da Web of Science que se obtém do seguinte modo: para o IF de um dado ano, divide-se o número de citações dos 2 anos anteriores que a publicação recebeu nesse ano pelo número de artigos que publicou nos 2 anos imediatamente anteriores. Por exemplo, o fator de impacto de 2021 obtém-se dividindo o número de citações de 2021 pela soma dos artigos publicados em 2019 e em 2020. O JIF de 2021 é conhecido em 2022, e assim por diante. Esta métrica é calculada a 2 e a 5 anos pela Clarivate (Clarivate, s.d.-a).

É de notar que há áreas onde existem mais citações do que noutras, até pela cultura da área e as características das mesmas, mas também pelo tamanho das bases de dados de cada área. Por exemplo, a revista de medicina do Scimago Journal Rank (SJR) com mais impacto tem um SJR de 56; enquanto a revista de comunicação com mais impacto tem um SJR de 3,7 e a de arqueologia de 1,2⁶. Isto significa que, em média, cada artigo da revista de arqueologia recebeu 1,2 citações no ano a que se refere o SJR, mas não que todos os artigos receberam 1,2: um artigo pode ter recebido 30 citações e os outros artigos nenhuma. Por isso é correto dizer que estas são métricas de revistas e não métricas individuais aplicáveis a artigos.

Tendo em consideração estas diferenças entre áreas, a Scopus criou o SNIP, *source normalized impact per paper*, que mede o impacto da citação contextual, ponderando as citações com base no número total de citações de cada campo, ou seja, normaliza as citações, incluindo uma correção matemática para eliminar as distorções provocadas pela diferença entre os campos científicos e permitindo uma melhor

6 Estes dados são do Scimago Journal Rank (<https://www.scimagojr.com/>), calculado com base nos documentos incluídos na Scopus.

comparabilidade entre os diferentes campos. O SNIP mede o impacto da citação contextual, ponderando as citações com base no número total de citações de um campo. O impacto de uma única citação é valorizado em áreas temáticas onde as citações são menos prováveis e vice-versa (Elsevier, s.d.)

A *nível individual*, há também várias métricas que podem ser calculadas, como por exemplo a contagem de citações por autor, que pode ser feita tanto na Web of Science como na Scopus. Esta contagem é feita a partir das revistas que se encontram dentro de cada uma das bases de dados e da rede de citações que estabelecem entre elas. Assim, a contagem de citações de um autor na Web of Science corresponde às citações que foram recebidas dentro das revistas que estão nessa base de dados.

A contagem de citações por autor pode ser feita na WoS, na Scopus ou no Google Scholar, e em cada base de dados para o mesmo autor encontrar-se-ão resultados diferentes. Por exemplo em setembro de 2022 Barbie Zelizer tinha 61 publicações na Web of Science que receberam mais de 1.600 citações; enquanto na Scopus a mesma autora contava com 68 publicações e mais de 2.400 citações; e no Google Scholar com 16.790 citações⁷. Estas diferenças expressam o tamanho ou compreensividade dos fundos que dão origem às contagens. Isto é, o fundo da Google é teoricamente universal e não sofre o mesmo enviesamento linguístico⁸ que sofrem as outras duas bases de dados, pelo que produz obviamente números de citação maiores, sendo em teoria aquela que beneficia mais os investigadores de países ou línguas periféricas.

Uma outra métrica individual muito utilizada é o *Hirsch number* ou índice H, proposto pelo físico Jorge E. Hirsch, da universidade de San Diego (Hirsch, 2005). Um índice H de 10 significa que o autor tem 10 artigos que receberam pelo menos 10 citações cada. Devido à fórmula de cálculo utilizada, o índice H de um autor nunca pode ser maior que os artigos que este tem publicados, sendo este um dos problemas desta métrica.

Hirsch pretendia que o seu índice H evitasse as principais desvantagens de outros indicadores bibliométricos: a métrica do número total de artigos não leva em conta a qualidade das publicações científicas; enquanto a métrica do número total de citações, por outro lado, pode ser fortemente afetada pela participação em uma única publicação de grande influência que tenha gerado um elevado número de citações. O índice H destinava-se a medir simultaneamente a popularidade e a quantidade da produção científica. Hirsch estudou a métrica e demonstrou uma correlação forte entre esta e os prémios Nobel na área da física, por exemplo.

É uma métrica que tenta capturar o impacto ao longo do tempo, mas que tem muitas limitações. Por exemplo um Nobel com um artigo muito citado pode ter um

⁷ Dados recolhidos em cada uma das bases de dados a 5 de setembro de 2022.

⁸ Ver por exemplo Gradim (2019).

índice H baixo, o mesmo para alguém com poucas publicações e um elevado número de citações. Isto porque o índice H nunca poderá ser superior ao número de publicações que alguém tem.

Como vimos neste breve apanhado, as métricas e a contagem de citações têm limitações e por isso devem ser usadas com cautela. Não estão imunes à manipulação e não expressam, necessariamente, a qualidade do trabalho de um autor – apenas (e nem sempre) o seu impacto, ou seja, a receção que teve na comunidade. Acresce a isto que para os investigadores não anglófonos, devido ao enviesamento linguístico da Web of Science e Scopus, estas métricas se apresentam como ainda mais limitadas e injustas.

Lugar das Métricas no Recrutamento e Promoção

Não obstante, em Portugal como noutros países, a carreira docente e a carreira de investigação consideram cada vez mais a publicação indexada como fator de seleção e/ou promoção.

Os últimos editais para recrutamento de professores auxiliares ou do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, na área de ciências da comunicação, são muito claros relativamente a isto. Veja-se o que diz um concurso para recrutamento de professor auxiliar em ciências sociais da Universidade de Aveiro:

4.1.1 – *Ser autor ou coautor de pelo menos 10 artigos na área disciplinar para que é aberto o procedimento concursal, indexados no Science Citation Index Expanded da Web of Science da Clarivate Analytics como document type = article ou document type = review ou no SCI Verse do SCOPUS [ênfase adicionada] com as mesmas características;*

ou

4.1.2 – *Ter obtido um total de pelo menos 80 citações [ênfase adicionada] (excluindo auto citações) aos trabalhos científicos produzidos na área disciplinar para que é aberto o concurso. (Universidade de Aveiro, 2022, Ponto 4.1)*

Uma consequência não intencional desta criação e valorização de métricas é a politização do impacto/politização da citação: no limite a citação é uma arma, ou pelo menos um bem transacionável, aberto à possibilidade de comercialização, real ou simbólica.

Nos anos 50, quando Garfield propôs um índice para a indexação de citações da literatura científica, ou em 1964, quando o primeiro Science Citation Index foi publicado, a paisagem da ciência, da rede da ciência (literalmente Web of Science) era ainda o

constructo objetivo de grande beleza com que Garfield sonhava: olhando para a rede de citações, encontrava-se o lugar de cada elemento na ciência e no campo. Hoje, essa rede já não é assim tão pura como quando foi imaginada. E a razão é simples. Os cientistas e académicos adaptaram-se ao instrumento de medida. Há uma politização da citação, de que o trabalho de Alan Wilhite é exemplo eloquente.

Alan Wilhite é um professor norte americano que criou o conceito de “citação coerciva”, tendo desenvolvido um estudo célebre, publicado na revista *Science* (Wilhite & Fong, 2012), onde, a partir de um inquérito a 6.672 investigadores das áreas de economia, sociologia, psicologia e negócios, descobre que muitos editores de revistas se envolvem na prática de coerção, exigindo que os autores adicionem citações à revista que está a considerar publicar o trabalho. Não é incomum revisores e editores pouco escrupulosos exigirem citação adicional de artigos na revista que publicará o trabalho sem indicar que o artigo é deficiente na atribuição; sugerirem artigos, autores ou corpos de trabalho específicos para citar, ou orientarem os autores para adicionarem citações de outras revistas.

Mais preocupante ainda, o trabalho de Wilhite e Fong (2012) sugere que muitos editores de revistas parecem segmentar estrategicamente certos autores, como professores assistentes e convidados, em vez de professores associados e catedráticos, contando com o facto de que autores profissionalmente mais frágeis podem estar mais dispostos a adicionar citações desnecessárias. Descobriram ainda que, embora a maioria dos autores desaprove a prática, a maioria confessa que adicionaria citações quando/se coagida.

E muitas outras manipulações são possíveis, como a autoria falsa, cartéis de citações, editorialização das revistas para aumentar o fator de impacto, entre outros. Dando um exemplo anedótico da ciência, podemos falar do caso “Stronzo Bestiale”, um autor fictício criado por bem-humorados investigadores italianos, que assina dois artigos, tem o seu próprio perfil na Scopus e citações atribuídas. Esta brincadeira dos anos 80 mostra a vulnerabilidade dos mecanismos de criação e gestão de métricas, e trata-se de uma vulnerabilidade sem fim, que não pode ser resolvida pois é como uma corrida ou dança adaptativa.

Como vimos com os editais dos concursos, as métricas são uma realidade incontornável na ciência que se produz no mundo desenvolvido, e também em Portugal. Um cientista ou um aspirante a cientista bem-sucedido deve saber exatamente a que corresponde cada métrica e, para não as sacralizar ou diabolizar (que são as duas atitudes mais comuns), deve imperiosamente conhecer as suas limitações. Isto, que eu aqui escrevi, embora de modo esquemático e limitado, são factos que acabam com algum desse mistério, e só conhecendo os factos se pode depois formar uma opinião.

Referências

- Clarivate. (s.d.-a). *The Clarivate Analytics impact factor*. <https://clarivate.com/webof-sciencegroup/essays/impact-factor/>
- Clarivate. (s.d.-b). *Web of Science Journal Citation Reports 2022 infographic*. <https://clarivate.com/webofsciencegroup/web-of-science-journal-citation-reports-2022-infographic/>
- Elsevier. (s.d.). *Measuring a journal's impact*. <https://www.elsevier.com/authors/tools-and-resources/measuring-a-journals-impact>
- Gradim, A. (2019). Políticas da língua e comunicação de ciência: A importância do multilinguismo no espaço lusófono de conhecimento. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4(2), 52-67.
- Hirsch, J. E. (2005). An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 102(46), 16569-16572. <https://doi.org/10.1073%2Fpnas.0507655102>
- McVeigh, M. (2022, 21 de junho). Journal Citation Reports 2022: A preview. *Clarivate Blog*. <https://clarivate.com/blog/journal-citation-reports-2022-a-preview/>
- Page, L., Brin, S., Motwani, R., & Winograd, T. (1999). *The PageRank citation ranking: Bringing order to the web*. Stanford InfoLab. <http://ilpubs.stanford.edu:8090/422/>
- Universidade de Aveiro. (2022, 1 de setembro). *Concurso documental para recrutamento de professor auxiliar em ciências sociais*. <https://www.ua.pt/pt/noticias/3/77642>
- Wilhite, A. W., & Fong, E. A. (2012). Coercive citation in academic publishing. *Science*, 335(6068), 542-543. <https://doi.org/10.1126/science.1212540>

Reação. Métricas na Investigação: Sobre os Ombros dos Gigantes, Cabemos Todos?

Adriana Fogel

Faculdade de Letras,

Universidade do Porto, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0913-7498>

As métricas têm o seu lugar na carreira de investigação. Mas que lugar é este? Sob que parâmetros estas métricas são construídas? De que forma têm impacto no investigador e na sua prática de investigação? Em que aspetos se relacionam com a economia do conhecimento? A lista de perguntas é exemplificativa, não exaustiva, e gera amplo debate entre investigadores.

Ciente de que não é possível cobrir todas as perguntas que atravessam o tema, comecei por investigar alguns dos requisitos exigidos a um jovem investigador em início de carreira em Portugal. Depois, com base na literatura, procurei entender as motivações para estas exigências, os seus impactos e as orientações para lidar com estas.

Para identificar algumas das métricas valorizadas na carreira de um jovem investigador, inspirei-me no exemplo apresentado por Anabela Gradim (2022)¹ na 4.^a Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. A partir daí apurei as exigências relativas à produção científica constantes nos editais publicados no Diário da República, na sua versão eletrónica (<https://dre.pt/dre/home>). A pesquisa abrangeu o período de 1 de janeiro de 2021 a 14 de setembro de 2022. O termo de pesquisa utilizado foi “ciências da comunicação”. O tipo de ato selecionado foi “edital”. As categorias restringiram-se às posições iniciais da carreira académica, nomeadamente professor auxiliar e

¹ O texto de Anabela Gradim, “O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação”, apresentado nesta obra, resulta dessa mesma intervenção, que está base da reação aqui apresentada.

investigador auxiliar. Foram encontradas oito vagas². Em três destas exigia-se um mínimo de publicações (entre três e quatro). Uma das universidades acrescentou a exigência temporal: pelo menos três publicações do candidato deveriam ter ocorrido nos últimos 5 anos. É de referir que as publicações em coautoria são contabilizadas. Isso é um fator a ter em conta, porque as coautorias têm correlação positiva com a produtividade científica, e têm-se tornado mais frequentes nas ciências sociais nos últimos anos (Gradim & Morais, 2016).

Além de publicarem com regularidade, os investigadores devem estar atentos aos parâmetros usados para a avaliação da qualidade do seu trabalho de investigação. Um dos editais analisados, publicado pela Universidade do Minho, oferece um esclarecimento: a qualidade é

avaliada pela contribuição para a geração de novo conhecimento baseado em novas ideias e hipóteses e a relevância e impacto das mesmas, bem como pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida nas citações e referências que lhes são feitas por outros autores) e pelas práticas de ciência aberta (traduzidas pela disponibilização da produção e dos dados em acesso aberto). (Edital n.º 994/2022, 11.1)

São as bases internacionais que têm sido utilizadas como evidências desta qualidade. Dos editais analisados, seis valorizam a indexação nas bases de dados Scopus e Web of Science nos seus parâmetros de avaliação. A base de dados ERIH Plus é mencionada em adição a estas num destes seis editais. A instauração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior em 2007, que proclamou a necessidade de internacionalização e desencadeou as políticas de avaliação das instituições (Gradim & Morais, 2016), é uma justificação plausível para esta valorização.

Já há algum tempo que é necessário lidar com as métricas e respeitar o lugar que estas têm. Entretanto, conviver com as métricas inclui ter uma atitude reflexiva em relação a estas. É necessário conhecer os seus efeitos, os quais são ainda mais relevantes no contexto de países que produzem ciência em línguas não anglo-saxónicas, como é o caso de Portugal. A literatura aponta diversas críticas às métricas, que vão desde o impacto que causam na autoestima e na prática do pesquisador até à forma de se fazer e de se divulgar ciência ao redor do mundo (Furnham, 2021; Gradim & Morais, 2016; Oravec, 2020; Ramírez-Castañeda, 2020; Rodrigues et al., 2021; Tian et al., 2016).

É a partir do conhecimento das críticas que se pode propor mudanças. Mas, enquanto o regime for assim, é suposto — e recomendável — que o jovem investigador se adequa ao mesmo.

2 Os editais encontrados foram os seguintes: n.º 424/2021, n.º 659/2021, n.º 1089/2021, n.º 1195/2021, n.º 1370/2021, n.º 994/2022, n.º 1234/2022 e n.º 1098/2022 ().

A vivência de investigadores mais experientes pode ajudar neste processo. O investigador Adrian Furnham que, em setembro de 2022, contava com um índice H de 94 na base de dados Scopus, listou as aprendizagens que adquiriu ao longo da sua carreira e forneceu algumas orientações aos jovens investigadores. Num artigo recente, Furnham (2021) compartilhou as oito lições que aprendeu ao acompanhar as suas citações. Outra compilação feita pelo autor dá orientações para lidar e contornar uma carta de rejeição de uma revista científica. Furnham (2021) conclui afirmando que existem factos que precisam de ser aceites no contexto do “publicar ou perecer”: publicar em revistas de relevância exige muito trabalho; pode ferir o ego; e é equivalente ao trabalho de um maratonista olímpico, ou seja, exige um treino que é longo, desgastante e contínuo. O autor ressalta, contudo, que existem as compensações. Aos que querem seguir na investigação, é importante refletir se são suficientemente atraentes.

Referências

- Furnham, A. (2021). Publish or perish: Rejection, scientometrics and academic success. *Scientometrics*, 126(1), 843-847. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03694-0>
- Gradim, A. (2022, 6-7 de setembro). *O lugar das métricas na carreira de investigação* [Comunicação]. 4.ª Escola de Verão do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Porto, Portugal.
- Gradim, A., & Morais, R. (2016). Tendências atuais na publicação científica: O português como língua de ciência. *Observatorio (OBS*)*, 10(3), 119-134. <https://doi.org/10.15847/obsOBS10320161016>
- Oravec, J. A. (2020). Academic metrics and the community engagement of tertiary education institutions: Emerging issues in gaming, manipulation, and trust. *Tertiary Education and Management*, 26(1), 5-17. <https://doi.org/10.1007/s11233-019-09026-z>
- Ramírez-Castañeda, V. (2020). Disadvantages in preparing and publishing scientific papers caused by the dominance of the English language in science: The case of Colombian researchers in biological sciences. *PloS one*, 15(9), Artigo e0238372. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238372>
- Rodrigues, R. S., Abadal, E., Neubert, P. D. S., & Navas-Fernandez, M. (2021). Internacionalização de artigos científicos: Estudo dos autores de uma universidade brasileira. *Em Questão*, 27(4), 215-242. <https://doi.org/10.19132/1808-5245274.215-242>
- Tian, M., Su, Y., & Ru, X. (2016). Perish or publish in China: Pressures on young Chinese scholars to publish in internationally indexed journals. *Publications*, 4(2), Artigo 9. <https://doi.org/10.3390/publications4020009>

O Papel das Associações Científicas na Resposta à Avaliação e ao Interesse Público

Carlos Camponez

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,
Universidade de Coimbra, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0832-7174>

Esta intervenção divide-se em duas partes. Em primeiro lugar, apresenta-se um pequeno estudo dos estatutos das associações representativas e de referência da área das ciências da comunicação. De seguida, referiremos alguns aspetos críticos relativos ao conceito de construção de comunidades sustentáveis e à avaliação, objeto da temática aqui em discussão.

O trabalho “Associações Científicas – Da Ideia de Rede ao Ideal de Comunidade”, de Madalena Oliveira (2017), sintetiza grande parte dos aspetos que gostaríamos de sublinhar, a partir da análise, que apresentaremos de seguida, sobre os estatutos das associações científicas. Destaca Madalena Oliveira que existe uma ideia transversal às associações científicas e, em particular, às das ciências da comunicação: a de comunidade. A comunidade é construída a partir dos objetivos de troca e de debate de ideias. Algumas associações científicas distinguem mesmo a discussão feita internamente e o debate externo. Sobre o debate externo, é de salientar uma preocupação de intervenção pública e, por vezes, política.

Outros aspetos salientados nos objetivos das associações têm a ver com a defesa da ciência e a promoção da divulgação científica. Isto é preconizado através de várias ações em concreto: apoio e fomento de publicações; criação de observatórios¹ e de *think tanks*; estabelecimento de relações entre as associações científicas e a esfera política para determinar políticas, com o objetivo de expressar “perspetivas disciplinares [de cada associação] sobre normas, padrões e questões éticas” (Anderson & Shultz, 2003, p. 270).

1 Sobretudo sublinhada pela Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

Análise Comparativa de Objetivos Estatutários

No que diz respeito às ciências da comunicação, procuramos fazer um pequeno estudo comparativo sobre os objetivos estatutários de algumas associações de referência: International Association for Media and Communication Research (IAMCR); European Communication Research and Education Association (ECREA); Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication (SFSIC); Asociación Española de Investigación de la Comunicación (AE-IC); Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); e Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom)². Diremos, a partir da análise realizada, que a Sopcom e os congéneres franceses da SFSIC são os mais parcos na identificação dos objetivos estatutários. Ao contrário, os colegas espanhóis e a Intercom, do Brasil, são aqueles que mais objetivos têm definidos nos seus estatutos.

Talvez fosse de sublinhar a especificidade do tipo de objetivos que a Intercom define, porque assume um foco político importante e distintivo, relativamente às outras associações. Não queremos com isto dizer que, estatutariamente, não incluam os objetivos que encontramos também noutras associações objeto da nossa análise comparativa. No entanto, essas dimensões surgem integradas em espaços distintos, dedicados, por exemplo, a explicar formas de alcançar os objetivos gerais.

Olhando para as categorias transversais que criamos a partir da análise das secções de apresentação dos objetivos estatutários das associações selecionadas (ver Tabela 1), podemos verificar que a ideia de fórum e troca de informação é praticamente transversal a todas elas. A Sopcom não identifica essa dimensão de forma explícita, embora se possa dizer que ela está presente na referência “desenvolver, promover, melhorar, estimular a comunicação, a investigação e o interesse pela área”. “Reforçar a ligação internacional” é outro dos elementos transversais presentes nos estatutos. Tal só não acontece no caso da IAMCR, que é, em si – poder-se-ia justificar –, uma associação internacional. A ECREA, a Sopcom e a AE-IC são as únicas que identificam claramente o apoio a jovens investigadores. A Sopcom explicita nos seus objetivos dois aspetos que se poderiam denominar de mais instrumentais: a organização de um congresso bienal e a criação de observatórios³. As dimensões de caráter social e político⁴ são destacadas, como referido anteriormente, sobretudo nos estatutos da Intercom. Já a ECREA sublinha uma preocupação com a integração das diferentes línguas europeias.

2 O estudo abarcou outras associações para além das apresentadas neste texto.

3 Esta ideia ainda não foi concretizada.

4 Veja-se, nomeadamente, “promover valores políticos democráticos”, “contribuir para a formação de modelos de análise da comunicação consentâneos com a sociedade e a cultura brasileiras”, ou “contribuir para a superação da dependência política, cultural e tecnológica do sistema nacional de comunicação”, para além de outros elementos constantes no final da Tabela 1.

Tabela 1 Síntese dos objetivos explícitos das associações científicas de ciências da comunicação

	International Association for Media and Communication Research	European Communication Research and Education Association	Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication	Asociación Española de Investigación de la Comunicación	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação	Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
Fórum e troca de informação	X	X	X	X	X	
Desenvolver, promover, melhorar, estimular a comunicação, a investigação e o interesse pela área	X	X	X	X	X	X
Difundir a investigação internamente	X			X	X	X
Difundir a investigação externamente	X					
Defender relevância política e melhorar as práticas políticas	X			X		
Apoiar jovens investigadores		X		X		X
Base de dados de investigadores		X				
Defesa dos interesses científicos e profissionais			X			
Representação do setor			X	X		
Reforçar a ligação internacional		X	X	X	X	X
Organizar um congresso bienal						X
Constituir observatórios						X
Promover valores políticos democráticos				X		
Reflexão pluralista					X	
Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais					X	
Considerar o desejo de línguas e culturas diferentes na Europa		X				

Rotas para a Investigação em Comunicação

Contribuir para a formação de modelos de análise da comunicação consentâneos com a sociedade e a cultura brasileiras					X	
Contribuir para a superação da dependência política, cultural e tecnológica do sistema nacional de comunicação					X	
Contribuir para o aprimoramento das instituições democráticas, promovendo e difundindo a liberdade de expressão e pensamento, assim como o livre exercício da comunicação					X	
Contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, estimulando e facilitando seu acesso à ciência, à tecnologia e à cultura					X	
Contribuir para a promoção da cultura nacional e regional, estimulando a preservação e o conhecimento dos bens e valores culturais do país					X	

Políticas de Avaliação e *Ethos Científico*

Trataremos de seguida os aspetos críticos referentes ao tema da construção de sociedades sustentáveis e da avaliação. A dimensão da avaliação é o aspeto mais crítico da nossa abordagem. Este subtema, por si só, poder-nos-ia ocupar muitas e longas páginas. Assumo aqui o conforto de enunciar apenas algumas questões breves, uma vez que esta temática é desenvolvida noutra texto desta obra, “O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação” de Anabela Gradim. Parece-me importante destacar três aspetos sobre os quais a Sopcom tem evidenciado publicamente alguma preocupação.

Um das dessas preocupações incide sobre o nível da representação pública em organismos técnicos de nomeação política, onde se nota, de uma forma geral, a ausência de especialistas na área das ciências da comunicação. Se é normal encontrarmos em várias comissões técnicas peritos de outras áreas científicas, existe uma tendência para esquecer os das ciências da comunicação.

Na linha de uma intervenção do então presidente da Sopcom, Paulo Serra (2020), essa ausência de representação é tanto mais significativa quanto ela passa, inclusivamente, por um afastamento da associação em mecanismos de avaliação na área das ciências da comunicação, em Portugal. Podemos argumentar que esta ideia de afastamento da Sopcom dos organismos de avaliação é uma forma de evitar riscos de endogamia, num contexto nacional em que a comunidade científica é relativamente pequena. Contudo, também podemos argumentar, em sentido contrário, que ao fazê-lo, se, por um lado, não evitamos essas lógicas endogâmicas, num contexto em que os investigadores exercem a sua função num contexto internacional, por outro lado, estamos a alienar aspetos sensíveis relacionados com as estratégias de desenvolvimento da investigação nacional. Esta preocupação, por exemplo, parece-nos bem evidenciada na abordagem dos objetivos associativos que verificamos existirem, de forma mais evidente, nos estatutos da Intercom.

Este problema talvez se prenda com uma segunda dimensão que é importante salientar aqui: a tendência crescente de tratar a comunicação como um instrumento e não como uma área científica. Ou seja, deixar de entender as ciências da comunicação como um espaço onde se produz pensamento, onde se faz ciência fundamental e não apenas onde se manejam técnicas e tecnologias para comunicar bem, ser operacional e atingir objetivos.

Esta dimensão conduz-nos a um último aspeto, ainda mais crítico, que nos interpela a todos e, em particular, aos jovens investigadores. Em causa estão os sistemas de avaliação da produção científica. São preocupantes algumas lógicas subliminares, umas, ou explícitas, outras, presentes em instituições como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia ou a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, pelo seu efeito particularmente impactante na academia e nos centros de investigação. Os critérios de avaliação são, naturalmente, formas de condicionar o trabalho que estamos a realizar. Temos, por isso, de pensar nos efeitos que eles têm sobre a qualidade da investigação que se realiza.

Escrever um artigo de reflexão, recorrendo ao pensamento crítico, para uma revista de referência começa a ser um empreendimento arriscado. Propor um texto ensaístico, não ter dados ou um corpus de análise, não ter instrumentos e uma metodologia específicos e abordar um tema eminente teórico é reunir os condimentos ideais para

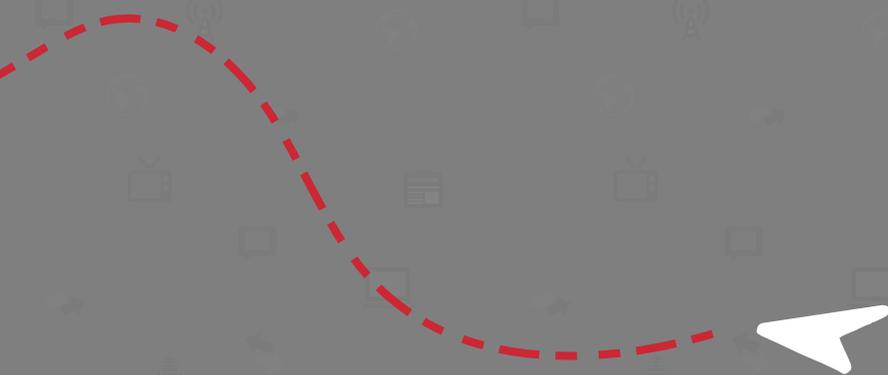
que um autor veja recusada a publicação do seu artigo. Temos de pensar um pouco quais são as consequências do que está a acontecer e as implicações disso nas ciências da comunicação.

Contrariar a presença destas lógicas, que se definem pela sua sistematicidade, não é fácil. Nos anos 90, em Portugal, experienciei a implantação destas lógicas no jornalismo e nos *media*. Hoje, tenho a perceção que elas se instalaram também nas universidades e nos centros de investigação. Isto leva-me a uma reflexão que Pierre Bourdieu (1996/1999) fez, nos anos 90 do século XX, a propósito do dever de distanciamento e de não participação dos intelectuais sempre que estas lógicas sistémicas lhes eram impostas como o preço a pagar aos *media*, muito em particular pela televisão, pela sua mediatização no espaço público. Penso que, hoje, a reflexão feita por Bourdieu mereceria ser aplicada no interior do próprio campo científico. Temos a responsabilidade ética, moral, científica e política de nos posicionarmos face a algumas lógicas que se estão a desenvolver dentro das próprias ciências da comunicação. Esse papel deve ser desempenhado, numa primeira linha, pelos investigadores séniores, de carreira, pois esta é uma tarefa muito mais difícil de realizar em condições de precariedade laboral. Trata-se de uma questão de solidariedade entre gerações de investigadores; de assumir o dever de exercício crítico decorrente da autonomia académica e do campo científico face a lógicas produtivas que lhe são exógenas; e de enfrentar o desafio e a responsabilidade de dizer qual o perfil, qual o *ethos*, do investigador em ciências da comunicação que ambicionamos para futuro.

Referências

- Anderson, M. S., & Shultz, J. B. (2003). The role of scientific associations in promoting research integrity and deterring research misconduct. *Science and Engineering Ethics*, 9, 269-272. <https://doi.org/10.1007/s11948-003-0013-1>
- Bourdieu, P. (1999). *Sobre a televisão* (M. S. Pereira, Trad.). Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1996)
- Oliveira, M. (2017). Associações científicas: Da ideia de rede ao ideal de comunidade. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas – o caso das ciências da comunicação* (pp. 231-246). Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/54022>
- Serra, P. (2020, novembro). A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação. *Newsletter da Sopcom*. <https://www.sopcom.pt/Newsletter/202011-Sopcom.html>

Parte 2 Suporte à Investigação



Capítulo 2

Centros de Investigação em Comunicação

Editado por

Mateus Luan Dellarmelin

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,

Universidade do Minho, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-6898-2341>

Os centros de investigação ou instituições de investigação e desenvolvimento representam, segundo a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (s.d.),

um pilar fundamental na consolidação de um sistema moderno e competitivo. Devem reunir uma massa crítica adequada à sua missão e promover ambientes criativos, em que possam surgir novas ideias e onde os investigadores encontrem as condições adequadas à realização dos seus projetos científicos e ao desenvolvimento da sua carreira. (para. 1)

Estas unidades são determinantes para a trajetória da ciência em geral e para o percurso individual de quem se dedica à investigação. É nestes centros que, inclusive no início de percurso, se pode encontrar a estrutura de apoio para o desenvolvimento de projetos e de uma carreira.

Em Portugal, na área das ciências da comunicação, foram quatro as unidades avaliadas no processo de 2017–2018, que determinou o financiamento para o período 2020–2023¹: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA) e LabCom – Comunicação e Artes (LabCom).

¹ A Fundação para a Ciência e a Tecnologia já iniciou a preparação do processo de avaliação 2022–2023 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, s.d.).

Conhecer o panorama das ciências da comunicação em Portugal implica também conhecer estas unidades de investigação. É isto que se pretende com este capítulo, no qual os responsáveis pelos centros de investigação tomam a palavra. O CECS da Universidade do Minho é apresentado pelo seu diretor-adjunto, Luís António Santos, o CICANT da Universidade Lusófona pela sua vice-coordenadora, Maria José Brites, o ICNOVA da Universidade Nova de Lisboa pela sua coordenadora principal, Cristina Ponte, e o LabCom da Universidade da Beira Interior pela sua coordenadora científica, Anabela Gradim.

Nas breves apresentações aqui expostas, os responsáveis destacam o papel destas entidades no apoio à produção e divulgação de conhecimento, permitindo compreender as dinâmicas estabelecidas entre as estruturas de apoio à produção de ciência e quem a produz, inclusive em início de carreira.

Referências

Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (s.d.). *Instituições de I&D*. Retirado a 4 de outubro de 2022 de <https://www.fct.pt/apoios/unidades/index.phtml.pt>

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Luís António Santos

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7062-0307>

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho é a principal unidade de investigação no campo das ciências da comunicação em Portugal, um grupo consolidado, criativo e dinâmico, avaliado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia como “Excelente” desde 2008 e reconhecido internacionalmente. O CECS foi fundado em 2001, quando as ciências da comunicação se tornaram mais visíveis no contexto das ciências sociais e humanas em Portugal, estando a sua história entrelaçada com a história das ciências da comunicação no país.

A missão do CECS está orientada para os seguintes objetivos principais: (a) realizar investigação de ponta no campo dos *media* e da comunicação; (b) contribuir para o desenvolvimento social e cultural; (c) produzir trabalhos para incentivar o desenvolvimento de sociedades sustentáveis; (d) promover a comunicação como pivô no desenvolvimento de comunidades acolhedoras, inclusivas e pacíficas; (e) reforçar a publicação científica; e (f) incentivar e apoiar jovens investigadores.

O CECS tem uma equipa de mais de 200 investigadores (111 investigadores integrados e 139 investigadores colaboradores) e opera em quatro grandes domínios: (a) investigação; (b) intervenção; (c) formação; e (d) publicação.

Para além da participação dos seus membros em vários projetos externos à unidade, o CECS é também a sede de um vasto conjunto de projetos de investigação científica, com cinco projetos internacionais, 10 projetos nacionais e três projetos de prestação de serviços.

A aposta na intervenção dá-se sobretudo através das suas plataformas: (a) *think thank* Communitas, uma plataforma de debate aberta à comunidade, que promove discussões sobre temas que se intersejam com os ritmos das agendas social e política; (b) MILObs, um Observatório de *Media*, Informação e Literacia, que acompanha e monitoriza o que se faz no domínio da educação para os *media*; (c) POLObs, um Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, um projeto de monitorização das principais ações que, em Portugal, mobilizam o campo da comunicação e da cultura; (d) Museu Virtual da Lusofonia, uma plataforma de cooperação académica, em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas; (e) Passeio, uma plataforma de arte e cultura urbana que fixa o olhar nas ruas da cidade. A estas plataformas junta-se ainda a agência criativa laboratorial CreateLab.

No que diz respeito à formação, será de destacar a associação a diversos mestrados ministrados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, mas sobretudo a oferta de doutoramentos em ciências da comunicação, estudos culturais, sociologia e geografia.

O CECS é ainda a entidade editora de três revistas científicas: *Comunicação e Sociedade*, *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e *Vista*, três revistas bilingues (português e inglês) e de acesso aberto, que procuram cumprir as melhores práticas de publicação e que estão presentes em diversas bases de dados, incluindo a Scopus, onde se encontra a *Comunicação e Sociedade*. Além disso, para a publicação de livros, mantém um acordo com a Editora UMinho, editora indexada na Web of Science, no Directory of Open Access Books e na Rede Ibero-americana de Inovação e Conhecimento Científico.

Especificamente dirigidas a quem inicia o percurso de investigação, para além do já referido na formação, são várias as iniciativas levadas a cabo pelo CECS, a saber:

- as Jornadas Doutorais, que, em 2022, tiveram a sua 9.^a edição; é um encontro dedicado a doutorandos (não exclusivamente do CECS), que são convidados a apresentar os seus projetos e/ou partes das teses que estão a desenvolver. Deste evento é publicado anualmente um livro, ou seja, há oportunidade de encontro e de publicação;
- a escola de verão do CECS, que, em 2022, teve a sua primeira edição, foi uma oportunidade de encontro e de aprendizagens complementares à formação;
- os seminários regulares da iniciativa dos cursos de doutoramento e da iniciativa das plataformas (Seminário de Ciência e Sociedade, Seminário de Educação para os *Media*, Seminário de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura, Seminário de Comunicação e Diversidade, Seminário de Cultura Visual).

As políticas de apoio oferecidas aos jovens investigadores são relevantes, mas sempre condicionadas pela situação financeira do centro. Destacam-se o apoio à participação

em congressos (financiamento parcial), o apoio à publicação (financiamento para tradução/revisão profissional), o convite à participação ativa nas plataformas (nalguns casos com bolsas de investigação específicas), o acolhimento de estágios avançados (estrangeiros) e a criação de oportunidades para emprego científico (nos projetos financiados e no centro como unidade).

Na rota do CECS é possível encontrar um corpo de professores/investigadores diversificado, que favorece a compreensão da comunicação em interação com outras áreas; várias atividades para contrariar o trabalho solitário; integração em estruturas de investigação que ajudam a “treinar” competências; apoio financeiro e logístico, com seis gestores de ciência, que incluem uma tradutora, e apoio a iniciativas de doutorandos e jovens investigadores.

CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias

Maria José Brites

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9840-9554>

O Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT) resulta do esforço conjunto dos investigadores da Universidade Lusófona (Lisboa e Porto), com o objetivo de criar uma unidade de investigação autónoma que permita a integração e o aproveitamento das atividades de investigação realizadas no seio do centro. Promove a investigação sobre *media*, sociedade, literacias, artes, cultura e tecnologias. Distingue-se pela sólida natureza das atividades de investigação e transferência de conhecimento, centradas na investigação ao mesmo tempo que melhoram a capacidade de ensino dos investigadores.

O CICANT estrutura o seu trabalho em duas principais áreas temáticas: (a) *media*, sociedade e literacias e (b) artes dos *media*, indústrias e tecnologias criativas. Atualmente, conta com uma equipa de 50 membros integrados. No domínio da formação, o CICANT oferece três programas doutorais: em ciências da comunicação, em arte dos *media* e comunicação (programas doutorais com ofertas em Lisboa) e em comunicação e ativismo (programa doutoral com oferta no Porto). No domínio da intervenção, para além dos projetos, dispõe à comunidade científica três laboratórios de investigação: Early Visual Media Lab, MeLCi Lab e MovLab.

Criado em 2004, nos últimos anos, o centro tem liderado mais de 40 projetos nacionais e internacionais apoiados por vários programas europeus de financiamento, tais

como Erasmus+, FP7, ISF, H2020, Horizonte Europa e Programa Media. Também a nível nacional, o centro tem vários projetos financiados por fundos nacionais, como a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Fundação Calouste Gulbenkian e as Bolsas EEA.

A missão do CICANT está orientada para os seguintes objetivos principais: (a) desenvolver, promover, enquadrar e estimular, gerir e divulgar a investigação nos domínios a que se dedica; (b) desenvolver projetos de investigação de modo a contribuir ativamente para o avanço da ciência na sua área de conhecimento, quer em termos teóricos quer em termos práticos; (c) prestar serviços a entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no âmbito da investigação científica e tecnológica; (d) contribuir para o desenvolvimento de massa crítica na sua área de conhecimento, através de cursos de formação avançada em tópicos inovadores, individualmente ou em associação com outras entidades; (e) contribuir para o desenvolvimento de massa crítica na Universidade Lusófona, mediante uma contínua troca de experiências, de conhecimento e de iniciativas de carácter científico, tanto no plano da docência como da investigação, tendo por base a reciprocidade de benefícios; (f) desenvolver redes de excelência a nível nacional e internacional através de parcerias científicas; (g) atrair e fixar investigadores, bem como apoiar as atividades de investigação dos mestrados e doutoramentos da Universidade Lusófona, num contexto de produção científica de nível elevado, e integrar os doutorandos em atividades do CICANT; (h) assegurar um intercâmbio regular com instituições e centros de investigação congêneres, nacionais e internacionais, incentivando a participação em projetos de interesse comum; (i) organizar eventos científicos, tais como conferências, seminários e outros atos públicos, numa perspetiva disciplinar ou multidisciplinar, que contribuam para a extensão e também para o aprofundamento de novas tendências da investigação na sua área de conhecimento.

Na rota do CICANT, é possível encontrar oportunidades de financiamento para projetos exploratórios (*seed funding*), bolsas de estudos, apoio às atividades de pesquisa e construção de estruturas e diálogos bidirecionais para com os membros integrados, mas também com os doutorandos, e com os colaboradores. A direção do CICANT aposta no trabalho e atividades dos seus membros porque acredita que as competências adquiridas por estes a partir da publicação e participação em eventos nacionais ou internacionais podem valorizar os seus percursos académicos.

Com este apoio, o CICANT demonstra interesse em manter e apoiar as investigações dos seus estudantes e *alumni*, neste caso mesmo após o término do ciclo de estudos, tendo em vista o sucessivo desenvolvimento das pesquisas. Além disso, valoriza o trabalho em parceria, apoiando e colaborando com eventos e iniciativas.

Agradecimentos

Publicação financiada pelo CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (UID 5260) ao abrigo do Financiamento Base atribuído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

Cristina Ponte

Instituto de Comunicação da NOVA,
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1534-4784>

O Instituto de Comunicação da NOVA (ICNOVA) é uma unidade de investigação no domínio das ciências da comunicação em Portugal. Surgido em 2018 como resultante de anteriores unidades de investigação e desenvolvimento (Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens e Centro de Investigação *Media* e Jornalismo, pioneiras na área; e Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital), foi classificado como “Excelente” pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em 2019. Tem como principal objetivo desenvolver pesquisa avançada em *media* e ciências da comunicação, tendo em conta os desafios culturais, sociais e tecnológicos num tempo de aceleração social intensa e marcado por processos de mediatização profunda. Para tal, mobiliza sinergias de grupos de investigação, laboratórios e observatórios.

A atual estrutura compreende cinco grupos de investigação: Media e Jornalismo; Cultura, Mediação e Artes; Comunicação Estratégica e Processos de Tomada de Decisão; Performance e Cognição; iNova Media Lab.

No domínio da formação avançada, o ICNOVA está associado a três programas doutorais: ciências da comunicação, *media* digitais e estudos artísticos – arte e mediações. Atualmente, estão integrados no ICNOVA 104 investigadores – dos quais cerca de um terço tem doutoramento há menos de 5 anos – e 105 estudantes de doutoramento.

A agenda estratégica para o período 2020-2023 designa-se “Práticas dos *Media*: Desafios Culturais, Sociais e Tecnológicos” e tem como objetivo investigar e intervir nas dimensões da inclusão e da diversidade no mundo em acelerada mudança social e

mediatização profunda. Tal será prosseguido através de três temáticas: (a) diversidade, pluralismo, inclusão; (b) processos de cognição, mediação e decisão; (c) cultura, crítica e práticas digitais.

O ICNOVA reforça esta agenda de investigação dando prioridade a candidaturas, projetos e parcerias internacionais (como candidaturas European Research Council, Erasmus+, H2020, EU CEF-Telecom, e UTAustin/Portugal) e mantendo uma estratégia assertiva no plano nacional.

Apostamos no reforço da ligação entre investigação e formação avançada através de parcerias com instituições, universidades e redes internacionais, promovendo a interdisciplinaridade e rejuvenescendo a equipa através da integração de jovens investigadores nos grupos, observatórios e laboratórios do ICNOVA via emprego científico financiado por projetos e instituições de ciência e tecnologia.

No plano das relações com a sociedade, a indústria e outras unidades de investigação e desenvolvimento, o ICNOVA desenvolve interfaces colaborativas na academia e com *stakeholders* de referência, apostando em pesquisa inovadora e na interação com a comunidade através da prestação de serviços e produção de conteúdo de interesse público.

Estamos também a incrementar a disseminação do conhecimento, isto é, outputs de projetos e redes, bem como publicações através de repositórios abertos e plataformas digitais. Damos prioridade à publicação em revistas de elevado impacto e a duas das nossas publicações, *Media & Jornalismo* e *Revista de Comunicação e Linguagens*, indexadas na base de dados Scopus. Temos ainda uma coleção de livros em formato digital, Livros ICNOVA.

De forma a aprofundar trabalhos anteriores sobre dinâmicas sociais emergentes e novas problemáticas mediáticas, aumentámos a intensidade laboratorial da unidade através da consolidação dos atuais laboratórios (Laboratório de Experimentação Cénica e Laboratório Blackbox) e da criação de novas estruturas laboratoriais: o Laboratório de Investigação Comportamental, Laboratório de Som, Laboratório de Criação Digital, Laboratórios Multimédia I e II.

Para intensificar a relação entre investigação e intervenção social, damos também primazia a observatórios: Observatório da Diversidade e do Pluralismo, em ligação com rede europeia; Observação da Inovação nos *Media* (OBI.Media); Observatório do Net-Ativismo. Merecem também destaque plataformas de divulgação de projetos e promoção de redes e recursos junto de públicos não-académicos, como a plataforma Crianças e Adolescentes Online (CriA.On), sobre direitos e competências digitais.

Existem sinergias entre os grupos de investigação, laboratórios e outras unidades de investigação e desenvolvimento, inovando na investigação sobre o papel do digital, as dinâmicas culturais e sociais e os processos de cognição, mediação e decisão.

O objetivo é criar temas agregadores e objetos interdisciplinares de pesquisa que trarão novas perspetivas e linhas de convergência à nossa unidade de investigação e desenvolvimento e ao campo das ciências da comunicação em Portugal.

No que se refere à integração dos estudantes de doutoramento, o seu representante junto da coordenação do ICNOVA tem como objetivos: (a) promover a coesão entre os alunos de doutoramento de diferentes anos integrados em um dos grupos de investigação do ICNOVA; (b) compreender as necessidades formativas e desafios dos estudantes para poder apresentar, junto da coordenação, soluções e oportunidades de formação; e (c) promover a criação de oportunidades de *networking* online e offline entre doutorandos.

Labcom – Comunicação e Artes

Anabela Gradim

Labcom – Comunicação e Artes,
Universidade da Beira Interior, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

O LabCom – Comunicação e Artes é uma unidade de investigação em ciências da comunicação e *media* artes criada em 2002 na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (UBI) que tem como objetivo desenvolver investigação avançada em tecnologias de comunicação e novos meios, especialmente ligados aos processos online e digitais, para avaliar o seu impacto na vida quotidiana e compreender os fenómenos de comunicação a nível individual, comunitário e social.

O LabCom foi fundado pelo Professor António Fidalgo, que foi seu coordenador até ser eleito reitor na Universidade da Beira Interior; e teve depois como coordenadores o Professor João Carlos Correia e o Professor Paulo Serra. Tem mais de meia centena de investigadores integrados, da UBI, mas também de outras escolas: Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade Fernando Pessoa, Universidade Autónoma, universidades dos Açores e da Madeira, entre outras.

A característica mais distintiva do LabCom é a sua forte presença online, com cinco revistas: *DOC On-Line - Revista Digital de Cinema Documentário*, *Eikon - Revista de Semiótica e Cultura*, *Estudos em Comunicação*, *RECENSIO - Revista de Recensões de Comunicação e Cultura (Recensions)* e *Revista Rhêtorikê - Revista Digital de Retórica*. Também conta com quatro bibliotecas online: BOAL - Biblioteca On-line Audio de Literatura, BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, BOND - Biblioteca On-line de Design e LusoSofia - Biblioteca On-line de Filosofia e Cultura; uma editora

online: Livros LabCom/ LabCom Books; e um jornal digital: *Urbi et Orbi - Jornal Online da UBI, da Região e do Resto*.

A unidade encontra-se organizada em dois grupos de pesquisa: Comunicação e *Media*, que se ocupa dos impactos da comunicação e mediatização; e Artes, que estuda a relação entre comunicação e novas tecnologias de *media* nas artes, com destaque para o cinema e o design.

Tem neste momento três projetos de investigação financiados em curso: *Media Trust Lab* e *Academia da Leitura do Mundo: O Jornalismo, a Comunicação e Eu* na área da comunicação; e *Filmar-se e Ver-se ao Espelho*, na área das artes. Acolhe ainda dois doutoramentos, em ciências da comunicação e em *media* artes, ligados aos respetivos grupos de investigação; e é responsável por um conjunto de eventos que marcam o calendário da atividades científicas em Portugal nas suas áreas de intervenção, de que são exemplo os congressos Designa, Jornalismo para Dispositivos Móveis, Comunicar Ciência, Patologias e Disfunções da Democracia, entre outros.

O Labcom é um dos centros da área de ciências comunicação avaliado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo obtido a classificação de “Muito Bom” no exercício de 2017-2018. Esse exercício avaliou 348 unidades de investigação de todas as áreas científicas existentes em Portugal pelo que compreende um universo significativo. Nesse exercício de avaliação, na área da comunicação, dois centros obtiveram a menção de “Excelente”: o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho (68 investigadores); e o Instituto de Comunicação da NOVA (77 investigadores).

As consequências desta avaliação manifestam-se ao nível do financiamento – centros mais bem avaliados terão mais financiamento, segundo uma fórmula própria que a FCT criou; e centros com menção de “Fair” ou “Poor”, pouco ou nenhum financiamento.

Além do financiamento, outra consequência das avaliações irá manifestar-se no futuro por via da publicação do Decreto-Lei n.º 65/2018 (2018), que implementa um conjunto de recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, apresentadas em 2018, com “o propósito de reforçar o desempenho e o impacto das atividades e das instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de ensino superior em Portugal” (para. 2). Logo na introdução o diploma prevê que

a acreditação de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor depende da existência de ambientes próprios de investigação de elevada qualidade, designadamente considerando os resultados da avaliação das unidades de I&D, regularmente realizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., e a integração alargada dos docentes desse ciclo de estudos em unidades com classificação mínima de Muito Bom na área científica correspondente. (Decreto-Lei n.º 65/2018, 2018, para. 11)

Estas ideias que são reforçadas no artigo 29.º do mesmo diploma (Decreto-Lei n.º 65/2018, 2018).

Ou seja, este diploma promove decisivamente a ligação entre a investigação que se faz nos centros e os doutoramentos (onde se encontram os jovens investigadores); e faz depender a acreditação dos cursos da qualidade da investigação das unidades, tal como é avaliada pela FCT. Esta ligação aos doutoramentos e à investigação que se faz nos doutoramentos é fundamental, e mesmo que já existisse, e no Labcom claramente existia, a lei terá como consequência o seu reforço e aprofundamento.

Em termos de prioridades estratégicas da unidade contam-se o desenvolvimento de novos projetos de investigação, nacionais e internacionais, numa perspetiva de diversificação das fontes de financiamento; o investimento na internacionalização — nas vertentes de publicação, investigação e captação de estudantes; a concentração nas áreas de investigação *core* do centro: a comunicação e o online, para que a sua investigação se mantenha como referência nacional e internacional em algumas áreas de eleição; a consolidação do quadro de investigadores, que conta atualmente com dois doutorados júnior; e dois doutorados do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico (um individual, na área das artes, e outro institucional, na área da comunicação).

Ainda no âmbito da consolidação do conjunto de investigadores dedicados, nos últimos anos tem-se alargado as bolsas de doutoramento atribuídas pela FCT no concurso de bolsas, que são já bem mais de uma dezena, e esta é uma forma muito efetiva de integrar os jovens investigadores: apoiando as suas candidaturas e acreditando nos seus projetos. Além disso, o doutoramento atribui bolsas próprias a estudantes com verbas Santander.

Em conjunto com o Labcom, o doutoramento em comunicação incentiva os doutorandos a desenvolverem pesquisa para publicar (é um critério que faz parte da avaliação do primeiro ano) e a participarem em atividades científicas como congressos de renome internacional (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, International Association for Media and Communication Research, European Communication Research and Education Association, International Communication Association), enquanto apoia financeiramente essa participação; e de um modo geral procura encorajar a publicação em conjunto com os orientadores ou investigadores da unidade.

Os jovens investigadores são também convidados a participar ativamente em todas as atividades do centro, como sejam a organização de eventos, a publicação de revistas e a edição de livros, entre uma série de outras atividades importantes na carreira académica e científica.

Vimos no texto “O Lugar das Métricas na Carreira de Investigação” (Capítulo 1), o que pedem os editais de recrutamento para a carreira de investigação e para a

docência. Ao ajudar a criar perfis que são competitivos neste ambiente investigativo que temos, o Labcom está a oferecer um contributo válido para a consolidação da comunidade de jovens investigadores de ciências da comunicação em Portugal.

Referências

Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto, Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16, 4147 - 4182 (2018). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/65-2018-116068879>

Capítulo 3

Oportunidades de Financiamento

Editado por

Ana Filipa Oliveira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,

Universidade Lusófona, Portugal

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,

Universidade do Minho, Portugal

<https://orcid.org/0000-0003-3655-9984>

O financiamento e o emprego científico são temas recorrentes nas discussões que versam a sustentabilidade das carreiras científicas e da própria ciência. São os mais importantes motores da atividade científica. Sem fundos – quer públicos, quer privados – e sem meios para investigar, a inovação e a evolução da sociedade e da tecnologia estagnam.

Pela relevância e (constante) atualidade destas questões, pelo contínuo apelo da comunidade científica à criação de mais oportunidades para fazer ciência e pela urgência que tem para as novas gerações de investigadores, considera-se um assunto prioritário. Continua a ser fundamental discutir as baixas taxas de aprovação nos concursos nacionais, europeus e internacionais para entender as lacunas de financiamento que determinadas áreas sofrem. A nível nacional, é de recordar que, em 2022, a taxa de sucesso global no concurso de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos foi de (apenas) 15,4% (Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2022). Por outro lado, mostra-se igualmente crucial apresentar oportunidades, discutir pontos de partida e sublinhar prioridades

que ajudem aqueles que estão a iniciar os seus percursos no mundo académico a traçar caminhos que conduzam a carreiras sustentadas.

Neste sentido, este capítulo reúne contributos de investigadores cujos percursos se cruzam com distintas oportunidades de financiamento. O capítulo inicia com uma reflexão de Sofia Caldeira sobre a preparação de uma candidatura a uma bolsa de pós-doutoramento Marie Skłodowska-Curie. A partir da sua experiência pessoal, a autora elenca um conjunto de conselhos úteis, frisando, não só a importância de conhecer detalhadamente os critérios para apresentar uma proposta disruptiva, mas também de encontrar suporte nas instituições nacionais de apoio à investigação e nas redes de pares. Segue-se um texto de Isabel Macedo centrado nas oportunidades e desafios das candidaturas a financiamentos europeus que, além de dar a conhecer plataformas e redes que financiam investigação, evidencia a importância da dedicação à preparação de propostas e os processos de crescimento e maturação que decorrem da experiência de desenhar uma candidatura. O capítulo encerra com um texto de Lorena Caliman, Sona Arasteh e Veronika Fedotova, focado no crowdfunding enquanto novo modelo de financiamento científico. Partindo da experiência do projeto *TRIPLE* e do uso da plataforma wemakeit, as autoras destacam as oportunidades que este novo modelo de obtenção de capital pode trazer para as ciências sociais e humanas e para o estabelecimento de redes de intervenção e cooperação alargadas.

Esta compilação espera contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as oportunidades de financiamento existentes, os desafios adjacentes e sobre a forma como o emprego científico se constrói e sustenta em Portugal e no mundo.

Referências

Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (2022, 7 de julho). *Resultados do concurso de projetos IC&DT em todos os domínios científicos de 2022*. https://www.fct.pt/noticias/index.phtml.pt?id=850&/2022/7/Resultados_do_Concurso_de_Projetos_IC&DT_em_todos_os_dom%C3%ADnios_cient%C3%ADficos_de_2022

Bolsas de Pós-Doutoramento Marie Skłodowska-Curie: Breves Notas Sobre o Processo de Candidatura

Sofia Caldeira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7681-6952>

Neste breve texto, partilho convosco a minha experiência pessoal de candidatura a uma bolsa de pós-doutoramento Marie Skłodowska-Curie. Trago-vos algumas dicas e conselhos que no meu caso foram importantes e que podem ser úteis também para quem pense candidatar-se a este tipo de financiamento.

A Marie Curie é uma bolsa no contexto do esquema Horizonte Europa¹. Trata-se de uma bolsa para projetos individuais desenvolvidos por investigadores em início de carreira, que visa a sua internacionalização e desenvolvimento pessoal e profissional. Como ponto de partida, é essencial reconhecer que este concurso é extremamente competitivo. Em 2021, a taxa de aprovação rondou os 13% – apesar de ter sido mais elevada do que a taxa de aprovação dos concursos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (cerca de 9% nesse ano), continua a ser uma taxa muito reduzida. Por isso, deixo alguns aspetos que considero relevantes para a elaboração de uma candidatura destas:

- *Conhecer os critérios de elegibilidade em vigor.* A data-limite para submissão das candidaturas costuma ser por volta de setembro/outubro. Isto é importante porque um dos critérios de elegibilidade é ter o doutoramento concluído à data do final da candidatura. Além disso, estas bolsas destinam-se a jovens investigadores em início de carreira – que tenham no máximo 8 anos de experiência após a conclusão do doutoramento. Como o objetivo é a mobilidade, não podem ter vivido, nos 3 anos anteriores à candidatura, durante mais de 1 ano no país

¹ Horizonte Europa é o programa da União Europeia para o financiamento da investigação e da inovação.

onde pretendem usufruir da bolsa. A minha Marie Curie teve início em setembro e consegui usufruir dela em Portugal porque nos últimos 6 anos estive a viver no estrangeiro. No meu caso, esta foi uma oportunidade de voltar a casa.

- *Dedicar tempo suficiente à preparação da candidatura.* Embora se trate de um projeto relativamente pequeno, com a duração de 2 anos, é necessário dedicar algum tempo à sua preparação. No meu caso, como estava a terminar o doutoramento ao mesmo tempo, dediquei cerca de 3 a 4 meses à preparação e escrita da candidatura. Devemos ter tempo para ler, para amadurecer ideias e ter a certeza de que estamos a propor um projeto inovador e relevante, em termos quer académicos quer sociais. De modo a poder avançar com a candidatura é necessário também ter já um orientador e uma instituição para nos acolher – ao implicar uma mudança institucional, é necessário tratar de toda a parte burocrática associada ao processo.
- *Desenvolver uma linha narrativa clara.* O texto da proposta deve ser de leitura clara e explicitar bem qual é o valor acrescentado do projeto. É importante que se perceba o que se pretende fazer, como, porquê e os resultados esperados. Todos os pontos devem interligar-se – a revisão da literatura com a parte empírica, os *work packages* devem estar ligados entre si, assim como com os outputs propostos. A narrativa construída deve ser encadeada e lógica.
- *Ser metucioso e detalhado.* Devemos ser o mais detalhados possível na escrita da proposta. Por exemplo, no que diz respeito aos outputs, devemos detalhar “quero publicar X artigos nestas revistas e quero ir a estas conferências”. O mesmo se aplica às restantes secções da proposta, especialmente na secção metodológica. O objetivo é mostrar que assim que tivermos o financiamento aprovado estamos prontos para começar. É uma linha de financiamento tão competitiva que pensar “resolvo isto depois” não é suficiente para garantir uma candidatura bem-sucedida.
- *Falar com pessoas que já tenham feito candidaturas similares.* É importante conhecer outras experiências, principalmente se forem de uma área semelhante à nossa – quer tenham conseguido financiamento ou não. Deste modo podemos familiarizar-nos com o tipo de feedback que é dado no painel de avaliação em específico. Se a(s) pessoa(s) estiver(em) à-vontade para partilhar a candidatura convosco, peçam-no. Ler outros projetos é uma excelente ajuda.
- *Ter abertura para partilhar o projeto.* Uma proposta destas é algo pessoal, mas é importante partilhar a nossa candidatura para receber feedback. Não só do/a nosso/a orientador(a), mas também de outras pessoas que conhecemos e que tenham conseguido, ou não, financiamento. Lembrem-se: os painéis de avaliação são bastante abrangentes e quem vai ler e avaliar a nossa candidatura nem sempre são especialistas na nossa área. Portanto devemos garantir que a proposta é compreensível para não especialistas.

- *Pedir apoio a entidades ligadas à ciência e inovação.* A Agência Nacional de Inovação é, por exemplo, um excelente apoio. Existem pontos de contacto nacionais dedicados às ações Marie Skłodowska-Curie, que podem auxiliar com o processo. A Agência Nacional de Inovação também tem, habitualmente, acesso a candidaturas anteriormente financiadas.
- *Pensar no currículo com antecedência.* O nosso currículo também é avaliado durante a candidatura. Portanto, devemos moldá-lo para destacar aquilo que é valorizado no processo. Devemos pensar tão cedo quanto possível em como internacionalizar o nosso perfil – fazer estadias de investigação em universidades estrangeiras, ir a conferências internacionais, publicar em revistas indexadas e reconhecidas, e, se possível, ter publicações em que somos os únicos autores. Tudo isto contribui para mostrar que somos os investigadores perfeitos para o projeto de investigação que estamos a submeter.
- *Manter os horizontes abertos e considerar uma ressubmissão.* Preparar uma candidatura para uma bolsa Marie Curie pode ser também uma oportunidade para pensar num projeto que possa ser adaptado para outras linhas de financiamento. Claro que terá de haver mudanças na proposta e alterações à estrutura; mas a base está lá e o trabalho não é perdido.

Por fim, gostaria de partilhar que, pela minha experiência, mesmo que tenhamos uma rejeição, o feedback que recebemos é bastante construtivo. Este foi o segundo ano em que me candidatei. A minha primeira candidatura não foi bem-sucedida, apesar de bem avaliada. Com base no feedback que recebi no primeiro ano, adaptei e melhorei a proposta e consegui o financiamento na segunda submissão. Por isso, ter uma candidatura não financiada não significa necessariamente que o projeto não tem qualidade e potencial. Numa linha de financiamento tão competitiva como esta, uma rejeição pode ser – mesmo – uma oportunidade de melhoria.

Agradecimentos

Este projeto recebeu financiamento da União Europeia ao abrigo do programa de investigação e inovação Horizon Europe - Marie Skłodowska-Curie, grant agreement nº 101059460.

Oportunidades de Financiamento: Fontes e Experiências

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Neste texto, procurarei dar conta de dois tópicos. Por um lado, assinalarei várias fontes de financiamento e programas com os quais tenho vindo a trabalhar. Por outro lado, irei abordar alguns exemplos de percursos, procedimentos e resultados em candidaturas nas quais estive diretamente envolvida.

Atualmente, são diversas as fontes de financiamento para projetos individuais e coletivos. A dificuldade com que nos deparamos, não raras vezes, é o volume de trabalho que a preparação de uma candidatura exige, bem como a falta de tempo e a concorrência.

Ao longo do meu percurso de cerca de 12 anos na investigação, tive a sorte de trabalhar sempre em equipas de investigação que me foram envolvendo em projetos nacionais e internacionais e, mais tarde, de participar na elaboração de candidaturas como membro ou coordenadora de equipas de investigação. A experiência de que vos falarei tem por base o meu trabalho quer como investigadora, quer como gestora de ciência e tecnologia no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade durante 5 anos. Neste contexto, tive a oportunidade de contactar com várias fontes de financiamento, candidaturas e investigadores.

Darei, de seguida, alguns exemplos de programas de financiamento, bem como de entidades e fundações que também apoiam projetos coletivos e individuais, falando sobretudo daqueles com os quais tive contacto mais recente, mas deixando desde já a nota da multiplicidade de plataformas às quais podemos recorrer quando procuramos financiamento. Entre muitas outras, são elas:

- Agência Nacional de Inovação;
- European Cooperation in Science & Technology;
- European Council funding and tenders opportunities;
- European Research Council;
- Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento;
- Fundação “la Caixa”;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
- Erasmus+;
- IACOBUS;
- Portugal in Europe Research and Innovation Network.

Por exemplo, as oportunidades divulgadas pela Comissão Europeia e por programas como o Horizonte Europa, o European Research Council, o Erasmus+, o Creative Europe, ou o Life, entre outros programas de financiamento, podem ser encontradas no site Funding & tender opportunities, o que nos auxilia quando queremos procurar financiamento ou concursos abertos em determinada área científica. Neste site relativo às oportunidades de financiamento, podemos consultar os concursos abertos no âmbito destes e de outros programas, mas podemos também pesquisar por tema: por exemplo, procurando concursos abertos cujo título incluía a palavra “*media*”, verificamos que estão, à data da minha pesquisa, em setembro de 2022, abertos ou em processo de abertura 20 concursos.

Falando particularmente do Horizonte Europa¹, este ano, tive a oportunidade de integrar duas equipas de investigação e elaborámos duas candidaturas ao mesmo concurso, cujo enfoque se centrava na investigação e inovação em relação ao património cultural. Quer o processo de preparação da candidatura, quer o tema de cada projeto foram muito diversos. Nesta tipologia de projetos temos de preencher dois documentos, aquilo que é designado de “Parte A” e “Parte B” da candidatura. A Parte A é relativamente simples, pois trata-se de um formulário no próprio sistema em que assinalamos os parceiros do projeto, o orçamento e outros dados institucionais. A Parte B diz respeito à parte científica. É a que implica maior dedicação e trabalho e é dividida em três grandes tópicos (Excelência [objetivos e metodologias], Impacto e Implementação [plano de trabalho, recursos e competências da equipa]), não devendo ultrapassar as 45 páginas.

¹ Horizonte Europa é o programa da União Europeia para o financiamento da investigação e da inovação.

Num dos projetos, a candidatura começou a ser pensada com mais de 6 meses de antecedência, havendo reuniões frequentes entre os membros da equipa e todos trabalharam na candidatura, contribuindo para a sua redação. Este projeto teve, inclusive, apoio da própria universidade para a preparação da candidatura, contando com uma empresa de consultoria que acompanhou todo o processo. No mesmo dia recebemos o resultado de ambos os projetos e, embora a avaliação tenha sido excelente, não foram financiados.

Perguntam-me, então, porquê sublinhar isto neste texto? O trabalho de um grupo enorme de pessoas, o seu tempo ao longo de meses, a expectativa de poder desenvolver aquela investigação comparativa que tanto achamos que é essencial e depois um balde de água fria. Pois, diria que é mesmo assim, que aprendemos a viver com estes resultados quando nos envolvemos em concursos extremamente competitivos.

Ao longo do tempo em que fui gestora de ciência no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade acompanhei de perto algumas candidaturas ao European Research Council (Starting Grants e Advanced Grants), outra estrutura de financiamento. Neste caso, trata-se de projetos individuais que nos permitem, entre outras coisas, criarmos a nossa própria equipa, contratando jovens investigadores. Embora a minha função fosse apenas a de auxiliar na preparação do orçamento, nas Advanced Grants tive oportunidade de colaborar e ler as propostas. O processo de candidatura não é tão complexo quanto pensamos, mesmo quando comparado com uma candidatura à Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Há, contudo, um conjunto de critérios que temos de garantir, logo à partida, para podermos candidatar-nos. As experiências de sucesso não são muitas, mas as rejeições também podem ter o seu lado de oportunidade: muitos investigadores candidatam-se inúmeras vezes e vão afinando o projeto e o seu currículo ao longo do tempo, até verem a sua proposta aprovada.

Os casos que diria de sucesso — projetos aprovados — em que estive diretamente envolvida, nos últimos 5 anos, foram dois. Um dos projetos está agora a ser encerrado e estou a iniciar outro. Se me perguntarem o que acho que terá contribuído para a aprovação destes projetos em detrimento de outros, destacaria três aspetos. Em primeiro lugar, os temas que exploram são centrais na atualidade e cruzam-se quer com os desafios das migrações contemporâneas, quer com o aprofundamento do conhecimento das expressões artísticas, educativas e culturais dos países de língua oficial portuguesa. Por outro lado, ambos os projetos apresentaram uma rede de consultores internacionais reconhecidos pela comunidade científica do campo de atuação destas propostas. Por fim, os dois projetos propõem contribuir de algum modo para a mudança social, com impacto na sociedade e na esfera pública em particular.

Apesar do investimento em termos de tempo que uma candidatura exige, se tivermos uma equipa dinâmica com a qual estamos habituados a trabalhar, este processo desenvolve-se de uma forma mais horizontal, articulada e com menor desgaste para todos. Uma das mais-valias destes projetos é podermos incluir bolsas e outras oportunidades de emprego científico no seu contexto. É verdade que são oportunidades temporalmente limitadas, mas que podem abrir outras portas.

A atenção às transformações no sistema de financiamento e na política científica, em particular, no que se refere ao emprego científico, faz também parte do quotidiano dos jovens investigadores. Tendo sido definido o emprego científico como uma das prioridades do governo e da política científica desde o final de 2015, têm sido várias as medidas que têm sido adotadas, tendo-se criado programas de estímulo ao emprego científico, através de candidaturas individuais, candidaturas institucionais, apoios a unidades de investigação e desenvolvimento e a projetos de investigação e desenvolvimento, entre outros. O próprio ex-Ministro Manuel Heitor abordou esta política em vários momentos, inclusive numa sessão organizada na Universidade do Minho, referindo a necessidade de responsabilização no processo de construção de carreiras de investigação científica. Por outro lado, as instituições de ensino superior e investigação argumentam que não têm condições financeiras para assegurar a carreira de investigação científica. Em que situação ficaremos nos próximos anos?

Cabe, de facto, ao governo e às instituições do ensino superior encontrar uma solução para uma carreira de investigação sustentada e sustentável, respondendo à situação precária em que alguns investigadores vivem atualmente². Entre nós, vamos reivindicando melhores condições, procurando encontrar soluções que passam muitas vezes pelo envolvimento em equipas coletivas de investigação, redes, projetos, e, porque não, na submissão de candidaturas a concursos internacionais e competitivos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

² Ver a este propósito o texto de Moisés de Lemos Martins incluído nesta obra, “A Natureza das Ciências e o Estado das Ciências da Comunicação em Portugal”.

Financiamento Colaborativo Para Projetos das Ciências Sociais e Humanidades

Lorena Caliman

Universidade de Coimbra, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-9566-2397>

Sona Arasteh

Max Weber Stiftung, Alemanha
<https://orcid.org/0000-0002-5725-1922>

Veronika Fedotova

Université Sorbonne Nouvelle, França
<https://orcid.org/0000-0002-9319-3133>

A forma como os investigadores das ciências sociais e humanidades (CSH) obtêm financiamento para a sua investigação e o quanto recebem depende dos orçamentos institucionais, bem como da perceção que a sociedade tem da área. Nos últimos anos, a web 2.0 mudou fundamentalmente a relação entre a ciência e a sociedade. “Novas formas de colaboração” (UNESCO Recommendation on Open Science, 2021, p. 13) foram estabelecidas, sendo o crowdfunding científico uma delas. Numerosos investigadores já beneficiaram deste modelo de financiamento e angariaram fundos para os seus projetos, por vezes extraordinários e inovadores: Maria Zatko, uma cientista atmosférica, angariou fundos para a sua investigação sobre o ozono e também Angela Bosco-Lauth, uma cientista veterinária, conseguiu financiar o seu trabalho sobre colónias de morcegos. Embora estes exemplos sejam retirados das ciências naturais, o financiamento colaborativo oferece um enorme potencial para as CSH.

Esta é uma opção relativamente nova para financiar a investigação, mas a consciência sobre as vantagens que oferece está a crescer continuamente. As plataformas de crowdfunding, em particular, têm ajudado a construir esta consciência. Os benefícios

têm vindo a ser comprovados: estudos sugerem que investigadores jovens e mulheres que fazem campanhas para projetos de menor dimensão beneficiam do lançamento de campanhas de crowdfunding (Sauermann et al., 2018).

Apesar de, em comparação com as opções de financiamento “tradicionais”, o crowdfunding angariar, por norma, fundos mais pequenos, este oferece vantagens específicas. Esta é uma opção de financiamento personalizável às necessidades dos investigadores. Além disso, não só permite desenvolver projetos de forma independente e autónoma a partir de diretrizes institucionais e burocráticas, mas também alcançar um público mais vasto, tornando as suas capacidades de comunicação mais proficientes e o seu projeto mais conhecido. Cria ainda a oportunidade de encontrar novas instituições e iniciativas públicas para colaboração e cooperação e torna possível a divulgação de ideias e a construção da credibilidade e da base profissional para atrair mais apoio financeiro.

Embora o crowdfunding deva, portanto, ser entendido como uma opção complementar às formas mais convencionais de financiamento da investigação, principalmente nas CSH, o potencial desta forma de gerar fundos ainda está, na sua maioria, por explorar.

Tendo tais considerações em vista, apresentamos a perspetiva do crowdfunding científico a partir do canal da infraestrutura de investigação OPERAS, Open Scholarly Communication in the European Research Area for Social Sciences and Humanities¹, na plataforma wemakeit. Nesta perspetiva, o crowdfunding científico visa colmatar a lacuna entre as oportunidades e as realidades deste modelo de financiamento nas CSH, oferecendo um simples processo de angariação que não só avalia o projeto a ser financiado, como também ajuda os investigadores responsáveis pela campanha para a sua investigação.

Para submeter um projeto no canal da infraestrutura OPERAS², o projeto deve inserir-se numa das disciplinas das ciências sociais e humanidades, conforme a lista de categorias do projeto *Mapping of Research in European Social Sciences and Humanities (MORESS)*. A participação está aberta a investigadores independentes (ou grupos de investigadores) geograficamente residentes ou afiliados a uma organização de investigação nos países do Espaço Europeu de Investigação. Ao submeter o projeto, é necessário fornecer duas cartas de apoio de investigadores que não façam parte da sua organização e entre os tópicos abordados podem incluir uma breve declaração sobre os objetivos e a metodologia de investigação previstos, a adequação do investigador para levar a cabo o projeto com sucesso e o impacto académico e social do projeto.

1 Trata-se de uma infraestrutura de investigação, existente desde 2019, que visa organizar e federar recursos nas ciências sociais e humanidades na transição para a ciência aberta na Europa.

2 As recomendações apresentadas neste texto são adaptadas a partir do material disponível no canal do OPERAS, originalmente em inglês (wemakeit, s.d.).

Todos os projetos são avaliados por um comité científico criado pela infraestrutura OPERAS. Uma vez aprovados pelo comité, são submetidos ao procedimento padrão de candidatura da plataforma wemakeit. É enviada aos investigadores uma confirmação se o projeto cumprir com os requisitos para o canal. Os investigadores recebem, então, assistência da equipa científica da wemakeit para impulsionar a sua campanha e maximizar o impacto. O montante angariado só será pago se a campanha de crowdfunding for concluída com sucesso.

O canal de crowdfunding científico da infraestrutura OPERAS é um dos serviços inovadores incluídos na GoTriple, a plataforma de descoberta das ciências sociais e humanidades que será um ponto de acesso central para publicações, perfis de investigadores e projetos no âmbito da Nuvem Europeia de Ciência Aberta (*European Open Science Cloud*, EOSC). A plataforma é desenvolvida pelo projeto *Transforming Research through Innovative Practices for Linked Interdisciplinary Exploration* (TRIPLE; 2019-2023)³, financiado pelo programa Horizonte 2020. Os materiais suplementares a este texto estão disponíveis no website do projeto (Triple, s.d.).

Referências

- Sauermann, H., Franzoni, C., & Shafi, K. (2018). *Crowdfunding scientific research* [NBE Working Paper 24402]. National Bureau of Economic Research. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w24402/w24402.pdf
- TRIPLE. (s.d.). *Crowdfunding resources*. Retirado a 7 de outubro de 2022 de <https://project.gotriple.eu/crowdfunding-resources/>
- UNESCO Recommendation on Open Science, novembro de 2021, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949.locale=en>
- Wemakeit. (s.d.). *OPERAS crowdfunding channel*. Retirado a 7 de outubro de 2022 de <https://wemakeit.com/pages/operas>

3 O principal objetivo do projeto TRIPLE é o desenvolvimento da plataforma GoTriple, cuja versão beta se encontra disponível no endereço <https://www.gotriple.eu>.

Capítulo 4

Uma “Caixa de Ferramentas” em Construção

Editado por

Marisa Mourão

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5662-3168>

Margarida Maneta

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8424-6910>

“O processo de uma investigação necessita ser planeado, desde o momento em que se selecciona a problemática (...) até à fase em que se interpretam e comunicam os resultados” (Coutinho, 2015, p. 47).

Sobre este processo, existem inúmeras obras que quem inicia a carreira deve ler cuidadosamente. São, obviamente, múltiplas as questões com que nos deparamos no decorrer das investigações e inevitavelmente nenhuma obra dará resposta a todas. Também não é isso que aqui se pretende fazer. Este capítulo pretende, sim, dar algumas pistas que auxiliem a prática de quem se dedica ou quer dedicar à investigação, focando-se em dois aspetos: a ética e a divulgação científica.

Primeiro, Maria José Brites toca um elemento central e transversal a toda a investigação, essencial também para a sua legitimação e credibilização: a ética. De seguida, movemo-nos para o domínio da divulgação científica, já que, “em tempos de comunicação galopante, sob a égide da informação, todo o sopro de vida parece estar a ser abafado” (Martins, 2012, p. 1) e, por isso, se requer cada vez maior competência a quem investiga nos diferentes aspetos da divulgação do conhecimento e do pensamento produzidos. Assim, Antónia Correia ajuda-nos a compreender o ecossistema

de publicação científica e a selecionar uma publicação; Marisa Torres da Silva atenta sobre a eleição do veículo de publicação e a preparação de trabalhos para publicar em revistas científicas; e, para encerrar, Ana Duarte Melo olha para o modo de comunicar ciência, numa reflexão em torno da linguagem científica e da captação de interesse.

Referências

- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Martins, M. L. (2012). O caminho novo - Corpo, palavra e sopro. *Revista Comunicando*, 1(1), 1-2. <https://hdl.handle.net/1822/24125>

Trabalho de Campo: Ética na Investigação

Maria José Brites

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9840-9554>

“As boas práticas de investigação baseiam-se em princípios fundamentais de integridade. Orientam os investigadores no seu trabalho, bem como no seu compromisso em relação aos desafios práticos, éticos e intelectuais inerentes à investigação” (All European Academies, 2017, p. 4). Na má conduta incluímos aspetos como a fabricação, a falsificação ou o plágio, entre outros (All European Academies, 2017), pelo se percebe que a ética vai muito além do próprio trabalho de campo, englobando todos os aspetos da investigação. Por exemplo, as normas bibliográficas são fundamentais e cruzam-se com a ética e integridade na investigação.

A ética é essencial em qualquer investigação científica. Felizmente, nos últimos anos, tem sido dada uma atenção crescente à sua importância na investigação. Pensar sobre as questões éticas leva-nos a olhar em pormenor para aquilo que estamos a fazer, a reconsiderar opções e a refletir sobre as práticas. E ainda bem que assim é, pois, deste modo, somos obrigados a pensar sobre. A ética e a integridade na investigação não são passíveis de esquecimento ou negligência. Os participantes da nossa pesquisa, aqueles que são os nossos sujeitos de estudo, merecem esse mesmo cuidado. Este é o ponto de partida.

É nas metodologias qualitativas que se colocam de forma mais acutilante as questões éticas. Isto não quer dizer que o mesmo não aconteça a quem trabalha metodologias quantitativas, nem se deve partir desse princípio de exclusão, como por vezes

sucede. Estas preocupações associam-se às pesquisas, no sentido amplo do termo, tanto que se mantêm na recolha de dados de cariz quantitativo.

No entanto, nas metodologias qualitativas, a ligação com as pessoas que participam na pesquisa exerce-se com uma maior proximidade. Nestas, segundo apontam autores como Berg (2001), os pesquisadores deverem provider os participantes de regras excepcionais de confidencialidade¹. É, inclusive, sugerido que os investigadores devem reter os dados de identificação primária consigo o menor tempo possível, evitando alguma intrusão inusitada dos dados.

Dentro das qualitativas e participativas, surge uma preocupação muito particular no trabalho com alguns grupos específicos, nomeadamente crianças e jovens ou pessoas que vivem em contextos de vulnerabilidade. Nestas circunstâncias específicas, os cuidados com as questões éticas têm de ser maiores. A título de exemplo, o mesmo sucede na área do jornalismo. Os códigos de ética que regem a profissão jornalística também têm indicações específicas sobre crianças e jovens, nestes códigos designados como menores.

A ideia do consentimento e do respeito da privacidade, referida por Berg (2001), é um princípio fundamental, mas quando estamos a trabalhar em contextos de investigação-ação participativa e etnografia, não podemos, por vezes, pedir consentimentos, o que nos leva a reforçar as nossas preocupações com as questões da ética. Estas têm de ser redobradas, discutidas no nosso trabalho, na parte da metodologia ou num capítulo mais dedicado à ética. Este é um elemento que não se pode esconder – também pela integridade académica – e que nos deve acompanhar no campo de pesquisa.

Partindo de um exemplo dado por Berg (2001)², mas com orientações mais gerais, importa sobre investigações em curso ponderar:

- Quais as preocupações éticas neste projeto de pesquisa?
- Como se justificam as opções de investigação?
- Poderia obter o mesmo tipo de dados a partir de opções eticamente mais robustas?
- Como posso proteger os participantes da pesquisa?

Agradecimentos

Publicação financiada pelo CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (UID 5260) ao abrigo do Financiamento Base atribuído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1 Ver também <https://www.cnpd.pt>

2 Poderá igualmente ser útil consultar Lobe et al. (2008) e Mathieu et al. (2016). Entre o material útil neste domínio, ver ainda Directorate-General for Research and Innovation (2013), Children Online: Research and Evidence (s.d.), European Commission (2018) e The Association of Internet Researchers (s.d.).

Referências

- All European Academies. (2017). *The European code of conduct for research integrity*. <https://www.allea.org/wp-content/uploads/2017/05/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017.pdf>
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences*. A Pearson Education Company.
- Children Online: Research and Evidence. (s.d.). *Compass for research ethics*. <https://core-evidence.eu/compass-for-research-ethics>
- Directorate-General for Research and Innovation. (2013). *Ethics for researchers: Facilitating research excellence in FP7*. European Union. https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/fp7/89888/ethics-for-researchers_en.pdf
- European Commission. (2018, fevereiro). *Ethics in social science and humanities*. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/6._h2020_ethics-soc-science-humanities_en.pdf
- Lobe, B., Livingstone, S., Olafsson, K., & Simões, A. J. (2008). *Best practice research guide: How to research children and online technologies in comparative perspective*. EU Kids Online Network. <http://eprints.lse.ac.uk/21658/1/Best%20practice%20research%20guide%28lsero%29.pdf>
- Mathieu, D., Vicente-Mariño, M., Brites, M. J., Amaral, I., Chimirri, N. A., Finger, J., Romic, B., Saariketo, M., Tammi, R., Silva, M. T., & Pacheco, L. (2016). Methodological challenges in the transition towards online audience research. *Participations*, 13(1), 289–320. <https://www.participations.org/Volume%2013/Issue%201/S2/2.pdf>
- The Association of Internet Researchers. (s.d.). *Ethics*. <https://aoir.org/ethics/>

Seleção de Publicações e Acesso Aberto

Antónia Correia

Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6610-8853>

A importância de publicar, as práticas de publicação correntes, o acesso aberto e como selecionar publicações são os quatro tópicos abordados neste breve texto. Este enquadramento mais amplo surge no sentido de responder à questão “como selecionar uma publicação?”, tendo em consideração as práticas que têm vindo a desvirtuar o sistema de publicação científica e o modo como o acesso aberto¹ se pode apresentar como uma resposta a este cenário.

Começando, então, pela relevância de publicar. Publica-se para apresentar ideias, métodos, resultados; para comunicar com os pares, trocar ideias e iniciar colaborações; para obter credibilidade e financiamento; para progredir na carreira; para adquirir prestígio e satisfação pessoal. No entanto, nos dias de hoje já não basta publicar, é necessário publicar em quantidade e em revistas de alto impacto². A avaliação da investigação depende em grande medida destes fatores. Recomenda-se a publicação em revistas indexadas em bases de dados, como a Web of Science e a Scopus, e também em revistas com maior fator de impacto em cada uma das áreas, ou seja, que se encontrem no primeiro e segundo quartil dos rankings³ destas bases de dados. Existe também, em algumas áreas, a pressão para publicar em revistas constantes de uma determinada listagem. Estas pressões tiveram alguns resultados a nível da publicação científica, nomeadamente:

1 Em inglês, *open access*, significa a disponibilização livre em ambiente digital de artigos revistos por pares ou de outros tipos de publicações, bem como dados de investigação (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, s.d.).

2 Ver também Capítulo 1 desta obra.

3 Para procurar estas revistas, poderão ser usadas ferramentas como o Journal Citation Reports e o Scimago Journal & Country Rank.

- prevalência dos artigos sobre outro tipo de publicações e outros tipos de outputs de investigação, como os livros, o software e os dados;
- prevalência dos artigos digitais sobre, por exemplo, o livro físico;
- prevalência do inglês sobre outras línguas;
- existência de cartéis de citações e distorção das métricas;
- facilitação de abusos das editoras, cobrando taxas de publicação aos autores e taxas de subscrição às bibliotecas em simultâneo⁴, forçando a transferência de direitos, períodos de embargo⁵ alargados, entre outros.

Estas pressões penalizam os investigadores e fomentam as desigualdades. Adicionalmente, o fator de impacto avalia a revista e não os artigos individualmente, o que significa que um elevado fator de impacto da revista não garante que os artigos aí publicados serão muito citados⁶, nem serve como garantia da qualidade do artigo, o que levou ao surgimento de movimentos internacionais, como a DORA Declaration (San Francisco Declaration on Research Assessment, 2012) e o Leiden Manifesto (Hicks et al., 2015), que defendem a utilização de outros fatores que não o fator de impacto para a avaliação e promoção dos investigadores.

Este enquadramento mostra porque o acesso aberto pode ser também uma boa via para publicar. O acesso aberto a publicações financiadas é um requisito obrigatório para grande parte dos financiadores da investigação científica, incluindo a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que na sua *Política Sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas Resultantes de Investigação Financiada pela FCT* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2014) determina que as publicações de resultados científicos, que sejam sujeitas a revisão por pares ou outra forma de revisão científica, devem ser depositadas num dos repositórios em acesso aberto da rede de Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). O programa Horizonte Europa⁷, por exemplo, tal como outros programas anteriores da Comissão Europeia, também exige que os artigos sejam colocados em acesso aberto e inclui várias diretrizes: devem ser depositados num repositório confiável; devem ter licenças atribuídas – CC BY para os artigos e CC BY NC para os livros⁸ –; os autores devem reter os direitos suficientes para colocar os artigos em acesso aberto; e apenas são reembolsáveis os valores de

4 A publicação em algumas revistas está condicionada pelo pagamento de um determinado valor que cobre os custos de publicação. Noutros casos, os autores podem pagar para o trabalho ficar em acesso aberto. Além disso, o acesso a determinadas bases de dados pode estar condicionado ao pagamento, que normalmente é custeado pelas universidades. Assim, há um duplo pagamento do trabalho.

5 Período durante o qual o trabalho não pode ficar em acesso aberto.

6 Ver, por exemplo, Hoeffel (1998) e Larivière et al. (2016).

7 Horizonte Europa é o programa da União Europeia para o financiamento da investigação e da inovação.

8 Ver <https://creativecommons.org/>

taxas de publicação de revistas em total acesso aberto (*Horizon Europe Model Grant Agreement*, 2021).

Além disso, existem múltiplas vantagens da publicação em acesso aberto:

- promover e acelerar o processo de investigação e ciência;
- aumentar visibilidade, acesso, utilização e impacto da investigação;
- melhorar a monitorização, avaliação e gestão da atividade científica;
- facilitar a inovação e maximizar o impacto e retorno social e económico;
- tornar os resultados acessíveis a utilizadores e organizações (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, s.d.).

Apesar de todas as vantagens na publicação em acesso aberto, persiste muita relutância por parte dos investigadores e isso deve-se a alguns mitos que existem sobre a publicação em acesso aberto:

- *Mito 1: as revistas em acesso aberto têm qualidade inferior.* Não existe evidência de que isto seja verdade e um número crescente de revistas em acesso aberto estão listadas na Scopus e na Web of Science – as mesmas bases de dados de indexação onde muitos investigadores querem publicar.
- *Mito 2: todas as revistas em acesso aberto cobram taxas de publicação.* Cerca de 70% das revistas em acesso aberto não cobram taxas de publicação – são as chamadas “revistas diamante” –, o que contraria esta afirmação.
- *Mito 3: se eu publicar em acesso aberto podem copiar o meu trabalho.* Na realidade, uma maior visibilidade protege contra eventuais infrações.
- *Mito 4: publicar no Academia e ResearchGate permite cumprir os requisitos dos financiadores.* É falso, pois estes são sites de *networking* que não asseguram a preservação das publicações a longo prazo, nem a recolha das publicações para efeito de monitorização pela Comissão Europeia. Os programas de financiamento exigem depósito em repositórios confiáveis – no caso da FCT, integrados na rede RCAAP.

Subsistem ainda muitos mal-entendidos e dificuldades para os investigadores no domínio da publicação em acesso aberto, muitos fomentados pelas editoras ditas “tradicionais”. Outros surgem pela existência das editoras e revistas predatórias⁹. O modelo em que o autor suporta os custos de publicação levou ao aparecimento destas editoras e publicações, que têm como único objetivo receber o valor que é pago pelos autores. A grande quantidade de revistas a serem criadas anualmente, alguma

9 “As editoras ou revistas predatórias são aquelas que cobram aos autores uma taxa de publicação sem intenção de prestar os serviços esperados – tais como revisão editorial ou por pares – em troca. A cobrança de uma taxa é um modelo de negócio legítimo, mas a editora deve prestar um bom serviço editorial em troca” (Think. Check. Submit, s.d., para. 1).

inexperiência por parte dos jovens investigadores e a necessidade de publicar têm permitido a sua expansão.

A publicação nestas revistas tem como consequências a não existência de revisão por pares, nem de sugestões de melhoramento; a perda de oportunidade de publicar numa revista de qualidade; a perda da taxa de publicação; e a não disseminação do trabalho a um público vasto.

Assim, no momento de selecionar uma revista podemos recorrer a algumas ferramentas para nos ajudar a escolher uma revista confiável para publicar. A primeira delas é o Think. Check. Submit., que apresenta uma checklist que vai permitindo perceber se a revista é de confiança ou não – por exemplo, a existência de um comité editorial, a clareza na comunicação e no valor a pagar para publicar, entre outras. Podemos ainda consultar o Directory of Open Access Journals, que inclui revistas com revisão por pares nas diferentes áreas. E, caso exista financiamento pela Comissão Europeia, pode-se optar pela plataforma Open Research Europe, que inclui um conselho consultivo científico, cumpre os requisitos de ciência aberta obrigatórios e recomendados, possibilita a publicação de forma rápida e sem custos para os autores.

Referências

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (2014, 5 de maio). *Política sobre acesso aberto a publicações científicas resultantes de projetos de I&D financiados pela FCT*. https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf
- Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520, 429-431. <https://doi.org/10.1038/520429a>
- Hoeffel, C. (1998). Journal impact factors. *Allergy*, 53(12), 1225-1225. <https://doi.org/10.1111/j.1398-9995.1998.tb03848.x>
- Horizon Europe Model Grant Agreement*. (2021, 15 de dezembro). [Versão 1] https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/agr-contr/unit-mga_he_en.pdf
- Larivière, V., Kiermer, V., MacCallum, C. J., McNutt, M., Patterson, M., Pulverer, B., Swaminathan, S., Taylor, S., & Curry, S. (2016). *A simple proposal for the publication of journal citation distributions*. bioRxiv. <https://doi.org/10.1101/062109>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (s.d.). *O que é o acesso aberto?* Ciência Aberta. https://www.ciencia-aberta.pt/_files/ugd/a8bd7c_503bd4fcaa3d45f79a1a9702a-cad94f7.pdf
- Think. Check. Submit. (s.d.). *About predatory publishing*. <https://thinkchecksubmit.org/resources/about-predatory-publishing/>
- San Francisco Declaration on Research Assessment, dezembro de 2012, <https://sfдора.org/read/>

Veículos de Publicação e Preparação de Submissões Para Revistas Científicas

Marisa Torres da Silva

Instituto de Comunicação da NOVA,
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-1136-4232>

A partir da minha experiência enquanto investigadora e enquanto diretora da revista *Media & Jornalismo*¹, procurarei estruturar este breve texto no sentido de abordar a questão “como preparar a escrita para a publicação?”.

Em primeiro lugar, a preparação de um texto depende da publicação para a qual o pretendemos direcionar. Será diferente preparar um texto para uma revista científica, veículo sobre o qual me debruçarei particularmente nestas páginas, ou para um capítulo de livro, onde existe uma maior liberdade e, diria até, uma maior autonomia intelectual, devido a uma estrutura talvez menos rígida. Será igualmente diferente preparar um relatório, um documento de carácter mais descritivo, ou até um ensaio ou um comentário. Sobretudo para quem está no doutoramento, será importante pensar nos veículos de publicação mais adequados para os fins almejados. Importa ainda tornar a pesquisa relevante, não só para a comunidade académica, mas igualmente para o grande público, considerando o seu impacto social.

Se, em tempos, outros outputs científicos, como livros ou comunicações, eram mais valorizados, atualmente, publicar em revistas indexadas com fator de impacto

¹ A revista *Media & Jornalismo* é uma revista científica portuguesa na área dos estudos dos *media* e do jornalismo. Encontra-se em acesso aberto, sendo atualmente publicada semestralmente pelo Instituto de Comunicação da NOVA. A publicação encontra-se indexada na Scopus, estando ainda presente no Directory of Open Access Journals e no SciELO Portugal.

é o que mais peso tem, dentro da lógica do “publicar ou perecer”². A submissão de artigos para estas revistas implica, no entanto, um longo e complexo processo de revisão por pares, muitas vezes inglório, o que traz desânimo e frustração para a/o investigador(a), em caso de rejeições sucessivas. Adicionalmente, a preocupação com a submissão de artigos científicos, sobretudo em revistas de alto fator de impacto (maioritariamente em língua inglesa), tem impacto no modo como se faz ciência. Por um lado, comporta uma quase escravização a métricas e a rankings que hoje determinam o sucesso académico e científico e, por outro, talvez ainda mais grave do que isso, pode significar a conformação a uma série de convenções de escrita e até de pensamento que estão a tomar conta da construção de conhecimento científico³, numa engrenagem montada para segmentar um tema de pesquisa no maior número de “produtos” científicos possíveis.

Numa fase inicial, será, contudo, necessário analisar as “regras do jogo”⁴, porque destas pode depender a progressão na carreira. No entanto, assim que se adquire uma certa independência científica, defendo a necessidade de um trabalho de libertação progressiva das métricas que atualmente asfixiam a produção científica. Isso deve ser feito em nome das exigências cada vez maiores que se colocam a quem inicia o seu percurso na investigação e do legado que académicos mais séniores poderão deixar aos mais jovens.

Pessoalmente, tento publicar em boas revistas, mas, agora que tenho alguma “independência”, também procuro outras formas de disseminação do meu trabalho. Há que encontrar um equilíbrio entre a procura de visibilidade internacional e de reconhecimento pelos pares (que resulta de um processo de revisão por pares bastante exigente) e entre formas de resistência à obsessão pelos fatores numéricos de impacto, pensando, também, no impacto “real” do nosso trabalho (porque é importante? A quem serve?).

2 “‘Publicar ou perecer’ (*Publish or perish*) é uma frase comum usada para descrever a pressão que pesquisadores enfrentam para publicar seus resultados de pesquisa, a fim de permanecer relevante e ser bem sucedido no seio da comunidade académica. O termo tem sido usado há muito tempo embora a origem da frase seja um tanto obscura” (Plume & van Weijen, 2014, para. 1).

3 A este propósito, Suzina (2021) refere aliás o modo como a domesticação da língua conduz a uma “dominação epistemológica”, na qual a produção latino-americana acaba por ser invisível nas publicações académicas internacionais.

4 O paradigma de ciência vigente “exclui da ciência tudo aquilo que não se publica em inglês (mas em outras línguas), que não se publica sob a forma de artigos científicos (mas sob a forma de livro ou capítulo de livro, por exemplo), que não tem uma feição indutiva que lhe permita adequar-se ao modelo IMRaD ([introdução, metodologia, resultados e discussão] mas que é crítico-racional ou ensaístico), cujo fator de impacto não se pode medir em termos bibliométricos (mas tem, por exemplo, impacto social ou cultural)” (Serra, 2017, p. 269). Para saber mais sobre este assunto, ver também Capítulo 1 desta obra.

Nesse sentido, a estratégia sugerida por Mark Deuze⁵ (sobretudo para investigadores mais experientes) parece-me bastante razoável: de 3 em 3 anos, submeter um artigo para uma revista de “topo” e, no tempo restante, trabalhar e fazer aquilo que queremos, divulgando na plataforma que entendermos como mais adequada. Outra sugestão poderá ser a hipótese de trabalho em equipa⁶ na produção de artigos científicos, em coautoria, o que ameniza a quantidade de tarefas atribuídas individualmente ao investigador e facilita a preparação da escrita.

Dedicando-me agora especificamente à preparação de artigos para revistas científicas, será de notar que da preparação do texto faz parte um trabalho prévio: a atenção às chamadas de artigos (*call for papers*) relacionadas com o nosso objeto de estudo e a observação de revistas que aceitam artigos todo o ano, sem restrições temáticas. Será igualmente importante estudar prazos de submissão e de revisão, podendo, neste último caso, recorrer-se a outros investigadores com experiência em determinada revista.

Quando finalmente se escolhe, deixando sempre outras opções para o caso de acontecer uma rejeição, é necessário estudar o âmbito da revista, o tipo de textos que aceitam (unicamente artigos ou também ensaios e resenhas) e as regras formais e estilísticas. A preparação do texto deve ser adequada e adaptada à publicação, podendo ser útil ver outros artigos já em arquivo.

A estrutura pode variar muito, mas existe um modelo “clássico”: introdução, objetivos e perguntas de partida, revisão de literatura/estado da arte, metodologia, análise e discussão, conclusões. Na revisão de literatura deve frisar-se bem o que existe e não existe, fazer uma definição exaustiva do que se conhece acerca do problema; mostrar a relevância do que estamos a propor, que falhas de conhecimento vem preencher e que contributos traz para o campo. Na metodologia, é importante explicar porque se seguiu a estratégia em questão (e não outra) no sentido de responder aos objetivos e às perguntas de investigação. Na discussão, recomendaria retomar aspetos da revisão de literatura para evitar uma estrutura meramente descritiva, denotando um esforço reflexivo e de contributo para o conhecimento.

Por fim, deixo algumas outras sugestões:

5 Esta sugestão foi feita aquando do Encontro Imersivo com os membros da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico do Instituto de Comunicação da NOVA, que decorreu entre os dias 29 e 30 de junho de 2022, no Convento da Arrábida, em Setúbal.

6 Penso que o trabalho coletivo tem tido alguma valorização, ainda que o peso simbólico do “*solo paper*” se mantenha. Em caso de coautoria, tem havido um interesse maior pela identificação da contribuição individual de cada interveniente na produção científica. Em algumas publicações, já há exigência de que os autores declarem a contribuição de cada um. Em particular, existe a metodologia CRediT (*Contributor Roles Taxonomy*), “que tem sido adotada para atribuição de contribuições, vinculando-as aos metadados do artigo e a um identificador persistente do autor (ex: ORCID)” (Pub IN, 2022, para. 3).

- em revistas de revisão cega, preservar o anonimato, retirando menções à autoria no texto e nas propriedades do documento. É também conveniente anonimizar as referências bibliográficas referentes ao autor ou autores⁷, mas convém seguir as regras específicas da revista em questão;
- estar atento às questões éticas na investigação;
- usar boas práticas na garantia da qualidade e integridade científica⁸, rejeitando o plágio e o autoplágio⁹;
- optar por uma escrita simples, direta, compreensível, sem frases demasiado longas, adjetivos e advérbios em excesso; e sem hermetismo, já que vamos ser lidos por pares, mas também podemos querer atingir um público mais vasto;
- se a escrita for noutra língua que não a materna, optar por revisão linguística profissional;
- seguir as normas de referência e de estilo da publicação, podendo recorrer-se a softwares de gestão de bibliografia, como o Mendeley ou o Zotero.

Referências

- Plume, A., & van Weijen, D. (2014, 2 de outubro). Publicar ou perecer? O crescimento do autor fracionado... - Publicado originalmente na newsletter Elsevier “Research Trends Issue 38”. *SciELO em Perspectiva*. <https://blog.scielo.org/blog/2014/10/02/publicar-ou-perecer-o-crescimento-do-autor-fracionado-publicado-originalmente-na-newsletter-elsevier-research-trends-issue-38/#.Y49aXerP1D9>
- Pub IN. (2022, 10 de fevereiro). *CRedit - Taxonomia para contribuição de autores*. <https://www.pubin.pt/apoio/credit-taxonomia-para-contribuicao-de-autores/>
- Serra, P. (2017). As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas - O caso das ciências da comunicação* (pp. 261-276). Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/49365>
- Suzina, A. C. (2021). English as lingua franca. Or the sterilisation of scientific work. *Media, Culture & Society*, 43(1), 171-179. <https://doi.org/10.1177/0163443720957906>

7 A autocitação deve ser usada com parcimónia. Podemos evidenciar que já temos trabalho numa determinada temática, mas não aproveitar toda e qualquer oportunidade para fazer referência às nossas publicações. Existem, aliás, revistas científicas com normas a este respeito. Os revisores de artigos científicos também devem, a meu ver, seguir essa orientação.

8 A este propósito, consultar os recursos e as orientações da Committee on Publication Ethics.

9 Se apresentamos como inédita a totalidade ou uma parte de um texto que já publicamos noutra publicação, isso é autoplágio.

Como Comunicar o Que Investigamos: Desafios e Soluções Pragmáticas (ou Como Não Matar a Mensagem, o Mensageiro e o Público)

Ana Duarte Melo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-4598-7174>

“Acabei a minha investigação. E agora? Como é que posso comunicar resultados e avanços científicos — ou até dúvidas e questionamentos — de forma adequada, relevante e envolvente?”. Ao pensar neste tópico, surgiram-me interrogações a que procurei responder de forma pragmática, com o objetivo de discutir, esclarecer e, numa perspetiva otimista, apontar algumas pistas: que desafios é que uma apresentação nos coloca? Como é que gerimos o conteúdo? E a forma? Como é que podemos promover a interação com quem nos ouve ou vê? E que recursos temos ao nosso dispor para responder à tarefa de comunicar a nossa investigação?

Todos nós já assistimos a apresentações verdadeiramente aborrecidas, a apresentações que matam a temática e a relevância pela forma como são feitas. E também todos nós já estivemos envolvidos em apresentações no fim de um painel longo, com conteúdos densos, momento em que já não conseguimos obter o mesmo grau de atenção e interação com o público. A este propósito, eu gostava de apontar duas soluções mágicas: a comunicação estratégica e o design de comunicação.

Não é por acaso que existe aquela figura do cientista louco, que vive num mundo à parte e que não consegue interagir com a vida real. Muitas pessoas passam por essa fase porque, uma vez envolvidas numa investigação, vivem praticamente num universo particular, numa bolha de interesses e referências muito específicas. O primeiro

passo é sair da nossa bolha e pensar de forma estratégica: o que é que queremos comunicar? Para quem? Onde? Como? E porquê?

Sei que estas são as perguntas do lead jornalístico. São igualmente as perguntas (ou melhor, as respostas a estas perguntas) que, em comunicação estratégica, nos permitem direcionar todo o esforço para um resultado mais competente. Durante este processo, recorreremos bastante a uma neo-palavra: “outralizar”. Defini-la-ia como o processo de nos colocarmos no lugar do outro, ou seja, no lugar do nosso público-alvo. Nós somos especialistas numa determinada área, recorreremos a vários autores, utilizamos terminologia que consideramos básica e clara, mas muito do nosso público pode não interpretar a nossa investigação com o mesmo grau de profundidade. Por outro lado, também podemos ter de comunicar com especialistas na mesma matéria, possivelmente, muito mais versados do que nós... Isto significa que é essencial termos o público-alvo em conta.

Olhando de um modo mais operacional para as apresentações, importa sublinhar que tudo comunica. Comunica o conteúdo, isto é, a relevância científica, o impacto social da nossa investigação. Comunica de igual forma o modo como o comunicamos e o espaço mental que passámos — ou pretendemos passar — a ocupar na mente do nosso público. Esse espaço resulta da relevância, da forma e do conteúdo da apresentação e do estudo, mas também da interação que conseguimos estabelecer com o público-alvo. Por interação não se entende necessariamente um diálogo, mas sim, e sobretudo, a capacidade de ser transformador na experiência da nossa audiência, isto é, a nossa capacidade de acrescentar algo cognitivo e emocional à experiência daquelas pessoas que nos dispensaram tempo e atenção.

Para tal, devemos recorrer a um conjunto de ferramentas que incidem, por um lado, sobre a escrita científica e, por outro, sobre a visualização e a tangibilidade de conceitos e ideias por vezes complexas e difíceis de transmitir.

A escrita científica tem de ser clara e assertiva. Esta é formal, ainda que varie consoante as regras das publicações, deve ser límpida e bem estruturada, mas também deve ser envolvente. Formal e científico não é necessariamente sinónimo de ser enfadonho. Se for, não está a cumprir o seu objetivo primordial — o de disseminar conhecimento. E para isso precisa de ser relevante, despertar curiosidade, seduzir, inspirar. É necessário ter este pensamento estratégico sobre o que queremos comunicar desde o título. Um título de um artigo ou comunicação que seja banal diz o que tem de dizer, mas não faz mais do que a sua função primordial. Ser criativo dentro da formalidade é o primeiro passo para agarrar a atenção, envolver e marcar quem assiste às nossas apresentações.

Em termos de visualização e tangibilidade também nos deparamos com desafios. Há apresentações nas quais, mesmo estando lá tudo em termos de informação, não está

lá nada. Normalmente temos uma grande quantidade de informação para apresentar. Contudo, se esta não for legível, a comunicação não é eficaz. Menos é mais. É importante recorrer a mapas mentais e imagens conceptuais que sejam metáforas do que queremos dizer porque ajudam a organizar o pensamento de quem está a receber a informação. E, já agora, o nosso também. Além disto, devemos recorrer a recursos gráficos e tabelas elucidativas.

Numa orientação¹ passo a passo, será importante considerar as seguintes etapas:

1. selecionar a informação a transmitir;
2. estabelecer um critério de importância para perceber qual é que é a informação fundamental e secundária e, a partir daí, fazer opções, recordando que nem sempre se pode incluir tudo;
3. adaptar o tipo de apresentação. Pode tratar-se de um *pitch*, um poster, um Ted Talk, um PowerPoint ou um pequeno vídeo;
4. maturar a apresentação, percebendo, com algum distanciamento, se há incongruências ou se falta informação;
5. testar a apresentação e treiná-la.

Referências

- Aragão, J. (2014). *Como fazer apresentações em 10 etapas*. Pactor.
- Duarte, N. (2008). *Slide: Ology: The art and science of creating great presentations* (Vol. 1). O'Reilly Media.
- Doran, E. (2019). *Packing a punch with poster presentations*. Maynooth University Research Archive Library. <https://mural.maynoothuniversity.ie/10647/>
- Gallo, C. (2011). *Faça como Steve Jobs*. LeYa.
- Gallo, C. (2014). *Ted. Falar, convencer, emocionar. Como se apresentar para grandes plateias*. Saraiva Educação SA.
- Goodwin, G. C., & Graebe, S. F. (2017). The art of making great presentations. In G. C. Goodwin & S. F. Graebe, *A doctorate and beyond* (pp. 77-81). Springer.
- Hanifa, R., & Yusra, S. R. (2018). Insight on delivering oral presentation: Preparations, problems, and solutions. *International Journal of Learning and Teaching*, 4(4), 318-325. <http://www.ijlt.org/uploadfile/2018/1109/20181109015803982.pdf>

¹ Há um conjunto de materiais que pode ser consultado para aprofundar a temática apresentada neste texto: Aragão (2014), Duarte (2008), Doran (2019), Gallo (2011, 2014), Goodwin e Graebe (2017), Hanifa e Yusra (2018), Hoffman et al. (2020), Molnár et al. (2019), Shinyashiki (2016) e Tashima et al. (2017).

- Hoffman, J. V., Hikida, M., & Sailors, M. (2020). Contesting science that silences: Amplifying equity, agency, and design research in literacy teacher preparation. *Reading Research Quarterly*, 55, S255-S266. <https://doi.org/10.1002/rrq.353>
- Molnár, G., Nagy, K., & Balogh, Z. (2019, outubro). The role and impact of visualization during the processing of educational materials, presentation options in education and in the virtual space. In *2019 10th IEEE International Conference on Cognitive Infocommunications (CogInfoCom)* (pp. 533-538). IEEE. <https://doi.org/10.1109/CogInfoCom47531.2019.9089917>
- Shinyashiki, R. (2016). *Os segredos das apresentações poderosas: Pessoas de sucesso sabem vender ideias, projetos e produtos para qualquer plateia*. Editora Gente Liv e Edit Ltd.
- Tashima, C. M., Oliveira, L. C. D., & Seiva, F. R. F. (2017). Minicurso: Apresentações personalizadas - O PPT como estratégia comunicativa na universidade. In *Anais do 35º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - Área temática: Educação* (pp. 2476- 2481). Proex/Unila. <http://dspace.unila.edu.br/123456789/4117>

Parte 3

Desafios na Investigação



Capítulo 5

Experiências e Redes de Suporte

Editado por

Margarida Maneta

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8424-6910>

Algumas inquietações, mas também renovadas esperanças fazem parte do início de um percurso e o da investigação não é exceção. Este capítulo revela-o, reunindo três testemunhos relativos a diferentes fases de início de carreira. Estas páginas são, por isso, um espaço de partilha de experiências, indicando desafios transversais a tantos outros membros da nossa comunidade.

Ainda a frequentar o doutoramento, Bianca Persici Toniolo aponta, por ordem cronológica, os desafios com que se deparou e as soluções que encontrou para os enfrentar. Indica, entre outros aspetos, a importância de redes de contacto e do suporte familiar neste percurso por vezes tão solitário.

Recém doutorada, Ana Filipa Oliveira recorda a ousadia com que rescindiu o contrato de trabalho para se dedicar ao doutoramento. E depois, já a frequentar o 3.º ciclo de estudos, aponta para a importância de fazer ciência com paixão, mesmo que medos e dúvidas (re)apareçam. Já doutorada reconhece que alguns desafios se mantêm e outros novos surgem no caminho, mas que, em todos eles, a resiliência se revela imprescindível.

O capítulo é ainda complementado com o testemunho de Élmano Ricarte, doutorado em 2019, e que nas seguintes páginas sublinha também o contributo pessoal e único que cada pessoa pode dar à área e às instituições a que pertence.

Por fim, a, à data, coordenação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação apresenta este grupo como rede de suporte aos diversos desafios de início de carreira, resumindo os seus propósitos e atividades.

Desafios, Conflitos e Ansiedades de uma Doutoranda

Bianca Persici Toniolo

Labcom – Comunicação e Artes,
Universidade da Beira Interior, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-5496-6271>

Se existe uma metáfora capaz de representar a vida de um(a) doutorando/a, para mim, é a onda. Pouco sabemos sobre o “mar” em que nos lançamos ao sermos aceites num programa de doutoramento. Decidir seguir este caminho é estar disposto/a alternar entre altos e baixos de maior ou menor amplitude. As cristas das ondas que iremos “navegar” são as publicações de artigos e as participações em congressos e os vales são as dúvidas e as inseguranças que surgem, resultado de um trabalho muito solitário.

Primeiras Descobertas

Quando, em setembro de 2019, entrei para o Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior, integrada no LabCom – Comunicação e Artes, vinha de um mestrado como trabalhadora-estudante. Dispunha apenas das madrugadas e dos fins de semana para a atividade académica, porém, seguir para o doutoramento parecia-me um passo natural a ser dado. Afinal, as engrenagens daquele ciclo de estudos, concluído com reconhecido êxito e em tempo regular, estavam bem oleadas e eu motivada para mantê-las em funcionamento.

Vencido o *primeiro desafio*, que era *ser aceite no curso*, descobri que o doutoramento não é, simplesmente, um mestrado em profundidade. Por mais que tenhamos amigos/as e familiares que passaram por este percurso, vivê-lo é a única forma de realmente conhecer os seus reveses. Percebi, então, que merecer o título de doutora exigiria de mim o desenvolvimento de um conjunto de competências de investigação,

pedagógicas, humanas e, sobretudo, emocionais. A tese seria apenas o produto final de um processo que precisava ser vivido na sua plenitude.

Em Busca de Oportunidades

Viver a plenitude do doutoramento significava estar aberta a todas as oportunidades que o lugar de doutoranda pudesse oferecer. Ir a congressos, dar aulas, participar ativamente em associações científicas, colaborar em grupos de investigação, organizar conferências, realizar estágios científicos, editar, escrever, publicar e criar redes de trabalho eram algumas das agendas que gostava de ver associadas ao meu percurso. Mas como fazer tudo ao mesmo tempo? Tinha um emprego a tempo inteiro, uma família para gerir e passávamos por uma pandemia, na sequência da propagação do vírus SARS-CoV-2.

Se, noutros tempos, doutorar-se era algo para quem já estava inserido no mundo académico há muitos anos, hoje, é um pré-requisito sem o qual não se alcança, salvo raras exceções, nenhuma posição neste meio. A minha preocupação, portanto, era construir o melhor currículo possível paralelamente ao desenvolvimento da tese. Como uma mulher na faixa etária dos 40 anos, não podia dar-me ao luxo de tratar dos dois assuntos em momentos distintos. O dia tem “apenas” 24 horas e era fundamental otimizar o meu tempo, era fundamental dedicar-me exclusivamente ao doutoramento e, para isso, encarei o *segundo desafio*: *concorrer a uma bolsa* de estudos.

Passar Agosto Esperando Setembro

Felizmente, as oportunidades não paravam de surgir, sempre por intermédio da minha orientadora, a Professora Doutora Gisela Gonçalves, e abracei cada uma delas enquanto preparava a candidatura a uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em 2020, os resultados do concurso às bolsas de doutoramento saíram a 30 de setembro, com 2 meses de atraso em relação ao cronograma habitual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tive um verão bastante difícil, arrastado. Acreditava na possibilidade de ser contemplada, mas não queria criar expectativas.

Para aliviar a ansiedade, inseri a atividade física na minha rotina. Na altura, coordenava o Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, e os encontros virtuais com os colegas do grupo ajudaram muitíssimo a “sobreviver” a esta fase. Com a atribuição da bolsa, o *terceiro desafio* que vi diante de mim era *honrar o investimento* do governo português no meu estudo e desenvolver uma tese no campo da comunicação de risco e crise nas organizações públicas digna de um disputado financiamento e com impacto na realidade.

Desistir Nunca Foi uma Opção

O meu contrato como bolseira iniciou-se em dezembro de 2020. Organizei a vida familiar de tal modo que pudesse trabalhar, pelo menos, 6 horas por dia. Na rotina que idealizei, acordaria cedo, levaria a minha filha para a escola, iria ao ginásio e, a seguir, trabalharia sem interrupções até ao seu regresso. Não tardou para que este mundo cor-de-rosa se tornasse cinzento, com a determinação de repetidos períodos de confinamento.

Para além da dificuldade em trabalhar com foco por ter de atender, permanentemente, as necessidades de uma criança obrigada a adaptar-se, de uma hora para a outra, às tecnologias digitais, era necessário lidar com a insegurança generalizada que pairava sobre todos nós e que se manifestava de forma especialmente perversa sobre os mais pequenos. Nesta fase, emergiu o *quarto desafio: aceitar* que a minha produtividade não estaria ao nível do planeado.

Um Novo Fôlego

Desde que a situação pandémica se estabilizou, por volta de setembro de 2021, tenho conseguido seguir o cronograma e alcançar as metas mensais estabelecidas. O retomar dos congressos presenciais também trouxe uma lufada de ar fresco sobre a comunidade académica como um todo. E foi depois da participação no EUPRERA PhD Seminar, em outubro de 2021, na cidade de Pamplona (Espanha), que o meu projeto alcançou robustez teórica e metodológica.

Mais segura em relação à sua qualidade, o trabalho ganhou fôlego, o modelo de análise consolidou-se, os primeiros resultados apareceram e transformaram-se num artigo submetido e aceite em dois importantes congressos internacionais. Afora as avaliações das comissões científicas da European Public Relations Education and Research Association e da European Communication Research and Education Association, também foi importante, para chegar a este nível de amadurecimento do estudo, a realização de um estágio científico na Universidade Complutense de Madrid, onde tive a oportunidade de apresentar e discutir o projeto com diversos professores e investigadores especialistas na área.

Carreira e Maternidade

Importa registar que o apoio da minha família foi essencial para que eu pudesse usufruir de 3 meses em mobilidade internacional. Este foi um período ímpar, de imensa produtividade, na minha trajetória como doutoranda. Poder dedicar-me exclusivamente à investigação, longe de quaisquer preocupações com as atividades domésticas, foi revigorante. Há muitos anos que não tinha um tempo só para mim, para

os meus interesses. Porém, também foi um tempo de conflitos, em que o conhecido sentimento de culpa materna se manifestou fortemente. Conciliar carreira e maternidade, lidar com a sobrecarga e a exaustão e ainda manter a saúde física e mental enquanto desempenhamos os nossos inúmeros papéis com qualidade é uma característica própria das mulheres do nosso tempo.

Reta Final

Agora que a investigação está bem encaminhada, é hora de encarar o *quinto desafio: concluir a tese*. O acompanhamento pelo Gabinete Psicológico da Universidade da Beira Interior tem ajudado a aprender como gerir melhor o meu tempo e dizer não a tudo que me possa dispersar do objetivo principal. Não obstante os esforços para manter o foco no trabalho, penso que seja próprio da mente humana estar sempre um passo a frente. E agora, com o que me devo preocupar? Será que vou concluir o doutoramento com um currículo suficientemente bom para conseguir uma posição como professora universitária ou como investigadora? Que competências ainda tenho de desenvolver? De que forma a minha idade, género, nacionalidade, sotaque podem influenciar o meu futuro profissional?

Entre estas e outras ansiedades, é preciso aceitar a natureza oscilante do processo de doutoramento, mas também é preciso contar com recursos para controlar que as amplitudes entre cristas e vales das “ondas” não sejam demasiado grandes. A isso chamo “resiliência”. Longe de pensar que a minha experiência até aqui seja exemplar, espero que, do lugar que ocupo como uma jovem investigadora, a partilha deste meu depoimento possa ajudar quem esteja a lançar-se no mar – nem sempre de águas límpidas e tranquilas – que é o doutoramento.

Agradecimentos

Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia 2020.05702.BD.

Da Paixão ao Medo: Os Desafios no Crescimento de uma Jovem Investigadora

Ana Filipa Oliveira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3655-9984>

Pensar nos desafios que se colocam aos jovens investigadores levou-me a fazer uma retrospectiva do meu percurso profissional (e pessoal) nos últimos 7 anos. E confesso-vos que é avassalador olhar para tudo o que vivi, entretanto, e perceber que o ponto de partida foi algo tão simples como umas “miniférias” em Madrid. Quem diria que uma *city break* (que serviu para escapar da realidade) poderia ser (mesmo) uma experiência de mudar uma vida?

No dia em que defendi a tese de mestrado soube que o caminho seria por aqui, mas sabia também que a maturidade científica ainda não estava lá. Terminar um mestrado com boa classificação e com elogios é um ótimo ponto de partida. Mas não é a garantia de sucesso, nem de que existe confiança suficiente para avançar para uma candidatura a um doutoramento.

Estávamos em novembro de 2014, exatamente 1 ano depois de ter defendido a minha tese de mestrado. Trabalhava numa área que me apaixonava. Ao mesmo tempo, estava a realizar algum trabalho de investigação em colaboração com um professor da minha antiga universidade – um dos arguentes da minha tese (e um dos maiores impulsionadores da minha carreira científica). E foi uma simples frase, escrita numa parede de hotel que deu o clique: “Madrid amanhece no meio de sonhos perdidos, confusão e surpresa, pulsando nas veias”.

Pode parecer romantismo exacerbado da minha parte, mas não se faz ciência sem paixão. E eu queria seguir essa paixão e sentir os tais sonhos, confusão e surpresa a pulsar nas minhas veias. Sentia que a cada dia que passava estava a render-me à inércia da dúvida (será que consigo?) e do medo (e se não conseguir?).

Saí de Madrid com uma certeza: 2015 ia ser o ano de dar o passo. E assim foi. Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: *here I go*, aqui vou eu! Em outubro de 2015, enfrentei os primeiros desafios: uma primeira semana de aulas absolutamente avassaladora, o despedimento de um emprego “seguro” e 30.000 conversas para explicar aos meus pais o porquê da mudança de vida. Soube, porém, ao abrir a janela do meu quarto na Covilhã que a escolha tinha sido a certa. Com uma vista assim, como poderia eu sentir outra coisa? Ainda mais o senti quando em novembro de 2021 submeti a minha tese para provas públicas.

Mas ao longo destes anos percebi muitas vezes que nem só de paixão e de momentos de iluminação se faz este percurso. Enquanto jovens investigadores enfrentamos um sem fim de outros desafios. Alguns são temas do nosso quotidiano: a falta de acesso a recursos, a limitação do acesso a fontes de financiamento e a dificuldade de integração em equipas/grupos de investigação. Outros são tabus que somos (muitas vezes) incentivados a não discutir: a falta de apoio dos orientadores, a pressão para produzir ciência em quantidades sobre-humanas ou mesmo a pressão para explorar temas *trendy* para os quais não temos competências, mas que encham o olho de avaliadores e revisores. Outros, ainda, estão finalmente a tornar-se temas centrais: a saúde mental e a precariedade da carreira científica. Nem sempre é fácil pedir ajuda e nós, que fazemos ciência, cedemos ocasionalmente (e facilmente) ao receio de demonstrar as nossas fragilidades e de nos colocarmos no lugar de objetos de análise.

Passei por todos e sei que sem a rede que tinha em minha volta teria sido difícil sobreviver a alguns. Não só a rede familiar – tão importante –, mas também a rede de colegas – e muitas vezes conselheiros – que vamos criando ao longo do tempo. E para mim este é, realmente, um dos aspetos essenciais para sobreviver aos desafios de um início de carreira: ter uma boa rede de suporte.

Se um dia achei que com a defesa concluída e o certificado de obtenção do grau do meu lado a coisa mudaria de figura, vejo agora (finalmente doutorada!) que alguns desafios se mantêm e novos surgem quando nos doutoramos. Não há lugar para todos, principalmente quando pensamos na área das ciências sociais e humanas, e isso exige que nos destaquemos por entre uma multidão de jovens doutores que procuram uma oportunidade. Exige que nos conheçamos muito bem enquanto investigadores, que preservemos os contactos que vamos fazendo, que saibamos muito bem por onde queremos ir e que tenhamos a capacidade de ir (re)traçando o caminho para lá chegar.

Em 2014, foi publicado o relatório final do estudo *The Global State of Young Scientists* (O Estado Global dos Jovens Cientistas; Friesenhahn & Beaudry, 2014). Este procurou fazer um levantamento exaustivo para obter uma visão preliminar e geral do que é conhecido e não conhecido sobre os jovens investigadores de todo o mundo. Alguns dos défices e necessidades de ação identificados dizem respeito a falta de:

- mentoria e estruturas de apoio;
- formação orientada, específica e com foco em competências particulares que distingam os jovens investigadores;
- transparência e equidade no processo de avaliação curricular e de desenvolvimento de carreira;
- condições de trabalho, de equilíbrio trabalho-vida pessoal e remuneração adequada.

Ao ver os resultados deste estudo há vários aspetos que ficam claros: por um lado, que em 8 anos continuamos a enfrentar os mesmos desafios; por outro, que a nível global, os jovens investigadores partilham dores semelhantes. E isto carece, a meu ver, de uma discussão mais alargada, que vai além destas páginas, mas que pode ter início aqui.

Referências

Friesenhahn, I., & Beaudry, C. (2014). *The global state of young scientists – Project report and recommendations*. Akademie Verlag. https://globalyoungacademy.net/wp-content/uploads/2015/06/GYA_GloSYS-report_webversion.pdf

Desafios Sem Esquecer as Metas e a Importância da Integração

Élmano Ricarte

Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação,
Universidade Europeia, Portugal
Instituto de Comunicação da NOVA,
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8638-3529>

O doutoramento é apenas uma das etapas na vida de quem se dedica à investigação. Este breve texto é uma partilha de algumas vivências dessa fase já concluída, abordando como a integração é determinante e relatando o princípio de uma nova etapa.

Eu terminei o meu doutoramento em 2019. Antes desta etapa académica, houve um caminho de preparação para atingir uma maturidade científica, para fazer esse doutoramento com mais consciência da importância dele, não só para o meu currículo, mas igualmente para contribuir de algum modo para o campo das ciências da comunicação. Pensando sobre esse ponto, pode-se dizer que cada pessoa pode contribuir para os domínios científicos da área de alguma maneira, uma vez que cada trajetória é o resultado das decisões singulares que aquela pessoa possa ter. Apesar disso, todo contributo, para ser realizado, deve enfrentar desafios, deve ser posto à prova.

Durante o doutoramento, pessoalmente, destaco somente um detalhe. Nós somos pessoas e temos de nos tentar encontrar, seja na instituição ou na vida quotidiana das cidades em que estamos. Ao realizar um estudo na cidade de Lisboa, cujo contexto de habitação revela atualmente um elevado nível de dificuldade, posso dizer que isso é capaz de afetar nosso temperamento. Fernando Pessoa, um grande nome da literatura em língua portuguesa, é conhecido por ter de mudar de casa diversas vezes. Apesar disso, sua obra final não perdeu o foco e hoje seus textos são referência. Longe de ser criativo como Pessoa, também tive de passar por vários apartamentos na capital

portuguesa. Serviu a experiência para buscar viver na frágil sociedade da “modernidade líquida” de que fala Zygmunt Bauman (1999/2001). E, embora assim fosse, tinha de pensar no objetivo traçado a longo prazo, sem esquecer que tudo passa e que o doutoramento é uma fase muito curta na vida e que tem de ser vivida com foco.

Vai sempre ser uma fase de muitos desafios (mesmo muitos). Apesar deles, vai valer a pena, porque o fim do doutoramento é o título de doutorado/a e, com o título, tudo (re)começa na carreira. É apenas um novo começo a ser alcançado: com o título em mãos, inicia-se a busca para a fixação profissional, seja num projeto de investigação ou como docente. Não é um processo tranquilo, pois exige o conhecimento dos portais de emprego científico e de magistérios disponíveis. Além disso, é preciso o acompanhamento constante das oportunidades que surgem e ainda da compatibilidade de nosso currículo com essas vagas.

Todavia, o novo começo precisa ser o fim tranquilo de uma etapa anterior. Dessa maneira, recorro a uma canção inspiradora que se chama “Samba da Bênção” (Moraes & Powell, 1967). Fazendo uma paráfrase: fazer *tese* não é contar piada e quem faz *tese* assim não é de nada. Uma boa *tese* é uma forma de oração. Esta etapa final é importante, não apenas pelo momento que foi passado coletivamente, mas também pelo modo como pode influenciar o ser humano na sua integralidade. Em outras palavras, a saúde mental deve ser um componente a não ser ignorado por quem investiga. Isto é, redigir, por exemplo, uma tese de doutoramento não deve ser um problema de saúde, mas sim uma realização e uma satisfação. É encontrar uma forma de estar em paz mentalmente, apesar das dificuldades existentes nessa fase de estudos.

Uma “boa tese”, como diria aquela canção, é realmente um objetivo de vida, no sentido de haver a sensação de paz interior com o que é estudado e com o nosso redor, seja com o que a universidade propõe no acolhimento, seja com os colegas que conosco partilham esse momento. É preciso dizer que, de alguma maneira, o doutoramento pode ser complicado de ser realizado se não houver um bom processo de integração. Isso, efetivamente, pode isolar a pessoa. É preciso haver soluções para além de buscar manter o foco nos objetivos do estudo. Ou seja, o que é possível ser feito para amenizar esta situação? É buscar novas ações de integração se elas não existirem institucionalmente. Ao longo dos anos, recebi o relato de jovens cientistas, a descrever que nem sempre essa integração acontece. Em 2014, criei, por exemplo, um grupo dentro da plataforma Facebook, cujo nome é “Pesquisadores e estudantes de ciências da comunicação em Portugal”. Hoje, conta com mais ou menos 800 pessoas. O objetivo era a integração e que elas pudessem saber o que as outras estudam ou ainda quais os eventos que estavam a ser realizados em suas universidades.

Como um desafio coletivo é importante buscar esse processo de integração, porque fazer ciência é mais saudável quando é construída com debate. Se não houver integração, é importante utilizar as ferramentas possíveis e criar os grupos, aproximar as pessoas e suas trocas de experiências. É preciso comunicar sobre os estudos realizados ao passo que eles são construídos para que possam, na comunidade científica, ser validados pouco a pouco. O doutoramento não pode ser um percurso solitário¹.

Por fim, retomando o título deste texto, os desafios existem no doutoramento, mas cada pessoa pode ser capaz de vencê-los e atingir “o fim”, que é um novo começo. Se não houver o foco nas metas de estudos, o doutoramento não chega ao fim. E sem a integração, não se pode comunicar sobre o estudo e receber apoio para a validação científica entre os pares.

Vai valer a pena enfrentar os desafios, porque o fim do doutoramento é o título e, com o título, tudo começa. É apenas um novo começo a ser atingido. E, claro, com ele novos desafios começam. No meu caso, a tese foi defendida e logo veio a pandemia. Nesse tempo, trabalhei em várias ações de gestão e comunicação de ciência, desde a realização de entrevistas nas ruas e em casas, trabalhei ainda em dois projetos de investigação, uma oportunidade financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, como bolsheiro de gestão de ciência e tecnologia, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa. Além disso, fazer parte da coordenação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação fez com que compreendesse ainda mais a importância da integração na comunidade científica para que os desafios fossem superados.

Referências

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1999)

Moraes, V., & Powell, B. (1967). Samba da bênção [Música]. On *Toquinho&Vinícius*. Polygram.

¹ É também este o objetivo do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. O último texto desta obra é precisamente sobre esta questão.

Desafios na Investigação e Redes de Suporte: Nota Final da Coordenação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores

Margarida Maneta

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores
da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8424-6910>

Élmano Ricarte

Coordenador-adjunto do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores
da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação, Universidade Europeia, Portugal
Instituto de Comunicação da NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-8638-3529>

Em janeiro de 2011, data de criação do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), os desafios que enfrentava quem iniciava uma carreira em investigação estavam em debate. Hoje assim continuam porque o futuro, e o da ciência ainda mais, bastante nos inquieta.

A fase da carreira em que o público a que se destina este livro se encontra nem sempre é aprazível. Preocupa-nos o equilíbrio entre a produção científica e o tempo que a sua qualidade exige, a internacionalização da carreira ou as métricas. Atraíço-nos a insegurança a meio do percurso. O acesso às bolsas, as condições em que se exercem as investigações, a instabilidade e gestão das fontes de financiamento ou as alterações a que estas estão sujeitas podem atormentar-nos. A harmonia com a vida pessoal (ou a falta dela) e a solidão deste caminho levam-nos a procurar ajuda.

Só uma comunidade forte e relevante, que funcione com uma rede e suporte, pode apoiar na resposta aos desafios coletivos que se lhe colocam. E esse é um dos objetivos do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Sopcom: na incerteza do tempo presente, ligar pelo pensamento e debate, quem se inicia na investigação, procurando valorizar os seus percursos e, noutros momentos, apadrinhar as suas ousadias.

A partir da energia e fulgor que caracterizam a atividade e perfil das pessoas que integram o grupo, temos como propósito minimizar o impacto destes desafios – ainda que se reconheça que sem estes não se constrói caminho. Por isso, traçamos um percurso singular do qual resultam momentos de inspiração, apoio e incentivo. Este livro é prova disso, ao procurar assegurar a vitalidade deste grupo e das suas iniciativas, bem como melhor servir as ciências da comunicação em Portugal.

Entre as nossas múltiplas atividades, destaca-se, desde logo, a aposta anual num encontro ou escola de verão com vista à reflexão e melhoria das investigações em curso e dos percursos científicos. Afinal, é também a partir da troca de experiências e partilha de conhecimentos que se amadurece. Por isso, e para complementar, contamos ainda com duas rubricas – “Investigador/a em Destaque” e “E Depois do PHD?”.

Ainda no apoio à formação e nos espaços de encontro, destacam-se os *webinários* regulares, a presença em diferentes plataformas sociais e a promoção de uma newsletter que anuncia as chamadas de trabalhos para publicações e conferências e abre, assim, janela à produção científica e participação.

Por fim, é de salientar a edição da *Revista Comunicando*, fundada há 10 anos e gerida pelos membros deste grupo de trabalho. Esta aspira aos mais elevados padrões de qualidade, pretendendo dar visibilidade à investigação inovadora e original, contribuindo, tanto quanto possível, para a emancipação das ciências sociais, em sentido amplo.

Em crescimento contínuo, os nossos votos são de que este grupo continue a expandir-se e a agregar tantas pessoas quantas por este se interessarem, fazendo jus àquilo que verdadeiramente pretende ser: uma rede de suporte que em conjunto enfrenta o desafio coletivo da integração e investigação científica na área das ciências da comunicação desde o primeiro dia.

Notas Biográficas

Adriana Fogel é doutoranda em *media* digitais na Universidade do Porto e mestre em educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tem uma pós-graduação em marketing pela Fundação Getúlio Vargas. É bacharel em ciências da comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, integra o Laboratório Associado para a Investigação Integrativa e Translacional em Saúde Populacional, através do Laboratório de Comunicação em Saúde. Participou como assistente de investigação do projeto *Programa de Literacia Alimentar de Base Tecnológica nas Escolas: A Prevenção da Obesidade na Adolescência*. Desde 2021, é bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolve o seu projeto *Food Wide Web: Um Programa de Literacia Mediática e Alimentar Dirigido a Adolescentes*. Os seus principais interesses incluem literacia mediática, comunicação e saúde, publicidade, propaganda e saúde, estudos sobre a alimentação nos *media*.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0913-7498>

Ana Duarte Melo é professora auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, lecionando nas áreas da publicidade, comunicação estratégica e territorial e criatividade, trabalhando também estas áreas na investigação, bem como comunicação participativa, comunicação comunitária e comunicação para a saúde. Doutorou-se em ciências da comunicação (2013), é mestre som e imagem - argumento e licenciada em comunicação social. É vice-presidente para a comunicação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e divide a coordenação do CreateLab, a agência de criatividade e inovação do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. É co-chair da Participatory Communication Research Section da International Association for Media and Communication Research e membro ativo da da European Communication Research and Education Association e da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4598-7174>

Ana Filipa Oliveira é investigadora do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, professora auxiliar na Universidade Lusófona e investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. A sua investigação de doutoramento, intitulada *Criação de Narrativas Digitais e Literacia Mediática*:

Investigação-Ação Com Alunos do Ensino Secundário, foi financiada pela Fundação Portuguesa para a Ciência e a Tecnologia. Foi membro da equipa do projeto *SMART-EU - Social Media Resilience Toolkit* (LC-01563446). Participa atualmente no projeto nacional *YouNDigital – Jovens, Notícias e Cidadania Digital* (PTDC/COM-OUT/0243/2021) e nos projetos europeus *ASAP – A Systemic Approach to Social Media and Pre-Adolescents Through Thinking Skills Education* (KA220-SCH-BC59D668) e *ReadTwice* (PROPOSAL ID 101081326). É *vice-chair* da secção Children, Youth and Media da European Communication Research and Education Association e membro ativo de várias associações e redes nacionais e internacionais, como a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e a International Association for Media and Communication Research. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9984>

Anabela Gradim é licenciada em filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em ciências da comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde se doutorou em 2004 com a dissertação *A Dimensão Comunicacional da Semiótica de Peirce*. Ensina jornalismo, comunicação e metodologia na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. É coordenadora científica da unidade de investigação Labcom – Comunicação e Artes, e diretora do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior. Os seus interesses de investigação prendem-se com o jornalismo, a comunicação de ciência, a semiótica, a retórica e a interface destas disciplinas com os meios digitais. Coordenou e participou como investigadora em 10 projetos de investigação, é autora de livros, capítulos de livros e artigos nas áreas do jornalismo, da semiótica e da comunicação de ciência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-1957>

Antónia Correia é colaboradora no Gabinete de Gestão de Informação Científica, Repositórios e Ciência Aberta dos Serviços de Documentação e Bibliotecas da Universidade do Minho, nos projetos *FOSTER Plus*, *FIT4RRI*, *ON-MERRIT* e *OpenAire*. Integra ainda a comunidade prática para coordenadores de formação e o nó português da Research Data Alliance. É licenciada em estudos anglo-portugueses pela Universidade Nova de Lisboa e pós-graduada em bibliotecas e ciências da informação (2004), arquivos (2006), e ciências da educação (2022). É formadora na Escola Doutoral da Universidade Nova de Lisboa nos cursos de Literacia da Informação e Gestão de Dados de Investigação. As suas áreas de especialização são bibliotecas académicas, formação, serviços de apoio à publicação científica e avaliação de investigadores. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-8853>

Bianca Persici Toniolo é investigadora na unidade de investigação LabCom – Comunicação e Artes, da Universidade da Beira Interior, e doutoranda em ciências da comunicação, com projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Concluiu o Mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações na Universidade da Beira Interior, é bacharel em comunicação social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e especialista em comunicação empresarial pela Universidade Metodista de São Paulo. É membro da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, tendo coordenado o Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores, entre novembro de 2019 e abril de 2022, e estando também vinculada ao grupo de Publicidade e ao de Públicos e Audiências. É representante dos jovens investigadores da secção de comunicação de crise da European Communication Research and Education Association. É ainda membro

institucional da International Association for Media and Communication Research e da European Public Relations Education and Research Association. Foi editora da *Revista Comunicando* entre fevereiro de 2020 e abril de 2022.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5496-6271>

Carlos Camponez é vice-presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e professor auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É também vice-presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. As suas áreas de investigação mais recentes têm-se centrado nas questões socioprofissionais dos jornalistas e da ética e da deontologia do jornalismo. Foi diretor da *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público* e atualmente é membro da direção executiva da *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Entre as suas obras de referência contam-se os livros *Jornalismo de Proximidade – Rituais de Comunicação na Imprensa Regional* e *Deontologia do Jornalismo – A Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0832-7174>

Cristina Ponte é professora catedrática no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e coordenadora principal do Instituto de Comunicação da NOVA. Tem investigado a relação entre crianças e *media*, incluindo mediações familiares, da escola e de pares. É membro da direção da rede europeia EU Kids Online e do projeto *ySKILLS*, financiado pelo programa H2020. É coeditora do livro *Digital Parenting: The Challenges for Families in the Digital Age* (Nordicom, 2018) e organizadora do livro *Nós na Rede. Ambientes Digitais de Crianças e Jovens* (Edições Almedina e Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2020).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1534-4784>

Élmano Ricarte é investigador do Instituto de Comunicação da NOVA, onde está a realizar o seu pós-doutoramento em ciências da comunicação, e professor auxiliar na Universidade Europeia. É doutor em ciências da comunicação pela Universidade Católica Portuguesa e mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem duas graduações em comunicação social, com habilitações em jornalismo e rádio e televisão, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estágio na Universidade Católica Portuguesa. Tem ainda a formação pedagógica pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Integra o Grupo de Estudos Boaventura (Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Coimbra). É membro e diretor de comunicação da Rede de Pesquisadores em Folkcomunicação (Rede Folkcom) e coordenador-adjunto do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8638-3529>

Isabel Macedo é investigadora auxiliar no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. É doutorada em estudos culturais, licenciada, e mestre em ciências da educação. A sua investigação atual cruza a comunicação intercultural e perspectivas decoloniais para explorar os desafios das migrações contemporâneas. É coordenadora do projeto *Migra-*

ções, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos (Fundação para a Ciência e a tecnologia, 2022-2026) e membro da equipa do Museu Virtual da Lusofonia. Publicou em revistas nacionais e internacionais sobre cinema, interculturalidade, memória, (anti-)racismo e educação. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho de Comunicação Intercultural da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (2018-2022) e é diretora da *Revista Lusófona de Estudos Culturais*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Lorena Caliman é jornalista e mestre em comunicação e culturas contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é estudante do Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra. Como comunicadora, passou pelas áreas da reportagem, edição em projeto de extensão universitária, comunicação estratégica e empresarial. No âmbito da investigação, os seus interesses passam pela comunicação e cultura, comunicação pública e, mais recentemente, pelo fenómeno das desordens informativas na internet, com foco nas teorias da conspiração. Trabalha atualmente em comunicação de ciência e investigação junto de projetos europeus de ciência aberta nas ciências sociais e humanidades, a partir da Universidade de Coimbra.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9566-2397>

Luís António Santos é professor de ciências da comunicação na Universidade do Minho. É doutorado em ciências da comunicação pela Universidade do Minho e tem um mestrado em política internacional pela Universidade de Londres. Foi jornalista durante mais de 1 década. Começou na “pirata” Rádio Universitária do Porto e trabalhou no *Jornal de Notícias*, no *Diário de Notícias* (como correspondente em Londres) e no serviço mundial da BBC. Tem interesse nas mudanças que ocorrem no jornalismo, nos formatos que ajudam a repensá-lo e nas arquiteturas de regulação dos novos espaços informativos. Está, neste momento, envolvido em dois projetos de investigação nacionais financiados e em dois internacionais. É membro do Conselho Geral da Universidade do Minho, diretor-adjunto do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e corresponsável pelo *think thak* Communitas. É comentador regular na Rádio Renascença e no Porto Canal.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7062-0307>

Madalena Oliveira é diretora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, professora associada na Universidade do Minho e presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Doutorou-se em ciências da comunicação, em 2007, na Universidade do Minho, onde obteve também o grau de licenciada em comunicação social. É diretora da revista *Comunicação e Sociedade*. Foi coordenadora-ajunta do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura e coordenadora editorial das publicações não periódicas do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Nos últimos anos, tem desenvolvido trabalho de pesquisa científica sobre cultura sonora e estudos de rádio. Foi investigadora principal do projeto *Audire – Audio Repositório: Guardar Memórias Sonoras* e coordenadora do *Estação NET: Moldar a Rádio Para Ambiente Web*, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Fundou o Grupo de Trabalho de Rádio e *Media* Sonoros da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, que

coordenou até 2017. Foi *vice-chair*, entre 2012 e 2014, e *chair*, entre 2014 e 2018, da secção de rádio da European Communication Research and Education Association.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8866-0000>

Margarida Maneta é bolsista de investigação no projeto *YouNDigital – Jovens, Notícias e Cidadania Digital* (PTDC/COM-OUT/0243/2021), desenvolvido no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. Coordena o Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação desde abril de 2022, data em que passou também a integrar a equipa da *Revista Comunicando*. É mestre em jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, com um projeto intitulado *Espaço Para a Literacia Mediática: A Verdade Contra a Desinformação*, e mestranda em literacia dos *media* e da informação e cidadania digital na Universidade Lusófona. Até setembro de 2022 trabalhou também como jornalista.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8424-6910>

Maria José Brites é professora associada na Universidade Lusófona e membro da direção do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. Coordena os projetos *YouNDigital – Jovens, Notícias e Cidadania Digital* (PTDC/COM-OUT/0243/2021) e *DiCi-Educa – Centros Educativos Com Competências Digitais e Cívicas* (cofinanciamento Fundação Calouste Gulbenkian e parceria com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais). Coordenou o projeto europeu *SMaRT-EU – Social Media Resilience Toolkit* (LC-01563446, Media Literacy for All) e foi coordenadora portuguesa dos projetos *RadioActive Europe* (531245-LLP-1-2012-1-UK-KA3-KA3) e *Media in Action* (LC-00644630). Doutorou-se na Universidade Nova de Lisboa (2013) e realizou pós-doutoramento na Universidade do Minho (2014-2017), em ambos os casos com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os interesses de pesquisa incluem áreas como os estudos da juventude, jornalismo e participação, estudos de audiências, literacia para as notícias e literacia cívica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9840-9554>

Marisa Mourão é estudante do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma universidade, onde exerceu também funções de gestão de ciência e tecnologia, entre 2018 e 2022. Os seus principais interesses de investigação incidem sobre os *media* e a cidadania, particularmente educação para os *media*/literacia mediática e crianças e *media*. A estas áreas soma-se o interesse pela comunicação de ciência. É membro do *think thank* *Communitas*, tendo estado diretamente envolvida na sua conceção e desenvolvimento. É também membro do Observatório sobre *Media*, Informação e Literacia do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Atualmente, exerce funções no Gabinete de Gestão de Informação Científica, Repositórios e Ciência Aberta da Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas da Universidade do Minho.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5662-3168>

Marisa Torres da Silva é professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora integrada do Instituto de Comunicação da NOVA. Concluiu o Doutoramento em Ciências da Comunicação em 2010 na mesma universidade, com uma tese sobre as cartas dos leitores como forma de comunicação e debate do público. Os seus estudos têm-se centrado na área dos estudos dos *media* e jornalismo, em particular, na intersecção entre jornalismo, democracia e esfera pública. Tem investigado sobre temáticas como a relação entre o jornalismo e as suas audiências, jornalismo participativo, discurso de ódio, consumo de notícias, género e produção noticiosa, jornalismo de investigação, e diversidade e pluralismo nos *media*, entre vários outros. Atualmente, é diretora da revista *Media & Jornalismo* e coordenadora-adjunta do Grupo de Trabalho de Públicos e Audiências da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1136-4232>

Marta Martins é doutorada em sociologia (2020) pelo Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho. Foi investigadora de pós-doutoramento no projeto *YouNDigital – Jovens, Notícias e Cidadania Digital* (PTDC/COM-OUT/0243/2021). Tem estado envolvida em projetos de investigação nacionais e internacionais financiados. Entre 2015 e 2020, foi investigadora num projeto financiado pelo European Research Council, no âmbito do qual desenvolveu a sua tese de doutoramento intitulada *Casos Criminais Transnacionais: Média, Peritos Forenses e Performatividade da Suspeição*. Entre as suas publicações destaca-se o livro *Casos Criminais Transnacionais. Narrativas dos Média Sobre o Uso de Tecnologias de DNA* (Húmus, 2021). Já participou em mais de três dezenas de conferências, tem uma vasta experiência na coorganização de eventos científicos, workshops e cursos de formação sobre *media*, controlo social, vigilância, genética forense e criminalização transfronteiriça

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9522-7966>

Mateus Luan Dellarmelin é doutorando em ciências da comunicação, com o projeto *Amizades Online: Um Estudo Com Idosos no Brasil e em Portugal* financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2020.08307.BD/FCT). É membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. É ainda mestre em administração pela IMED Business School (2017) e bacharel em publicidade e propaganda pela Universidade de Passo Fundo (2015). Tem experiência e interesse nas áreas de comunicação e administração, atuando principalmente em temáticas relacionadas com gerontecnologia, marketing, redes sociais e sustentabilidade. É sócio da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e diretor da revista do Grupo de Jovens Investigadores desta associação, *Revista Comunicando*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6898-2341>

Moisés de Lemos Martins é professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirigiu, até ao início de 2022, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, que fundou em 2001. É diretor do Museu Virtual da Lusofonia, que criou em 2017. Foi diretor das revistas *Comunicação e Sociedade*, *Revista Lusófona de Estudos Culturais* e *Vista*. Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em ciências sociais (na especialidade de sociologia), em 1984. Dirigiu o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, da Federação das Associações

Lusófonas de Ciências da Comunicação e da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação. É, atualmente, secretário-geral da Associação Ibero-Americana de Comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Sofia Caldeira é investigadora auxiliar no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias. É doutorada em ciências da comunicação pela Universidade de Ghent, na Bélgica (2020), com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A sua investigação centra-se nas redes sociais, práticas de autorrepresentação, políticas de representação de género, estética do quotidiano, e estudos feministas dos *media*. A sua investigação tem sido publicada em diversas revistas, tais como *Social Media + Society*, *Feminist Media Studies* e *Information Communication & Society*. Atualmente é *chair* da secção Digital Culture and Communication da European Communication Research and Education Association.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7681-6952>

Sona Arasteh colabora no projeto *TRIPLE*, enquanto gestora de comunicação. Anteriormente e durante vários anos, trabalhou como investigadora e editora no Departamento de Filologia da Universidade de Múnste. A sua tese de doutoramento analisa o entrelaçamento da ideologia e do populismo nos romances alemães do final do século XIX.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5725-1922>

Veronika Fedotova é licenciada pela Universidade Sorbonne Nouvelle em Paris e especializada em humanidades digitais. Terminou o seu primeiro estágio na infraestrutura científica OPERAS, dedicadas às ciências sociais e humanas, no quadro da plataforma GoTriple. A sua área de investigação e interesses inclui a organização e o processo de coordenação das iniciativas de investigação nas ciências sociais e humanidades, nas humanidades digitais, programação e multilinguismo, já que fala quatro línguas europeias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9319-3133>

"Rotas Para a Investigação em Comunicação" é o mote para pensar o percurso individual de quem investiga e para construir um caminho coletivo nas ciências da comunicação. Caminho esse que é também delineado por quem inicia o seu percurso académico. É a esse público que se destina esta publicação, construída tendo, sobretudo, como base intervenções daqueles que já têm um reconhecido percurso académico neste domínio.

Esta compilação de breves textos pretende ser um guia orientador para o início do percurso académico em ciências da comunicação. Não é um livro de dicas, apesar de conter algumas. É, sobretudo, uma obra que pretende dar a conhecer o ecossistema científico, o seu funcionamento, os seus desafios e as suas oportunidades, bem como o espaço existente para que cada pessoa individual e coletivamente possa criar a sua própria rota.